

Análise e Gestão Escolar

Estudo e Caracterização da Organização da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto



Janeiro de 2006

Trabalho realizado por:

Eva Firme 15471
Joana Alves 16071
Núria Costa 11791
Raquel Machado 16206

*Os tempos modernos não começam de uma vez por todas
Meu avô já vivia numa época nova.
Meu neto talvez ainda viva na antiga.
A carne nova come-se com velhos garfos.*

*Época nova não a fizeram os automóveis
Nem os tanques
Nem os aviões sobre os telhados
Nem os bombardeiros*

*As novas antenas continuaram a difundir as velhas asneiras.
A sabedoria continuou a passar de boca em boca.*

B. Brecht

Índice

Introdução	1
• Evolução da Escola – contexto histórico	1
• Descentralização ou Não – centralização	4
• Autonomia das Escola	5
Projecto Educativo da Escola	6
• Enquadramento legal	6
• Definição de Projecto Educativo de Escola	6
• Objectivos	7
• Dificuldades de aplicação do PEE	8
• Fases de elaboração do PEE	8
• Decreto-lei 115 ^a /98	10
Cultura da Escola	12
Liderança	13
Escola Fernão Mendes Pinto	14
Caracterização do meio	15
• População	15
• Actividades socio-económicas	15
• Caracterização da área geográfica de influência da escola	16
Caracterização da comunidade educativa	18
• História e cultura	18
Projecto educativo da escola	20
• Principais pressupostos do Projecto – Educativo triénio 2003/04 a 2005/06	21
• Problemas	22
• Potencialidades	22
• Área de intervenção prioritária e objectivos gerais	22
• Dispositivos e momentos de avaliação	23
• Momento de avaliação	23
Estratégias e actividades para a concretização do projecto educativo	24
• Calendarização / Programação	24
• Os professores: Formação	24
• Parcerias educativas	25
• Recursos	25
• Avaliação do projecto educativo 2004/2005	26
• Parecer sobre a análise do questionário de avaliação do PEE	26

Projecto Curricular da escola	
Opções Curriculares	28
• Princípios orientadores	28
○ Ensino diurno	28
○ Ensino nocturno	29
Projecto extra-curricular e de complemento curricular	31
• Áreas curriculares não disciplinares	32
• Formação cívica	33
• Serviços Especializados de Apoio Educativo (SEAE)	33
• Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)	34
Regulamento Interno	35
• Organização e funcionamento da escola	35
• Estruturas de Orientação Educativa	
• Estruturas de articulação curricular no âmbito da docência	36
• Organização das actividades da turma	37
• Serviços especializados de apoio sócio-educativo	37
Plano Anual de Actividades	38
• Área de intervenção	38
• Objectivos	38
Reflexão crítica	39
Conclusão	41
Agradecimentos	42
Bibliografia	43
Anexos	45

Introdução

- Evolução da Escola – contexto histórico

A Educação, historicamente, sempre fez parte da vida do Homem, de uma forma permanente e geral, dividida entre dois lugares essenciais: um privado (no seio da família) e outro público (no conceito social) (Cabral, 1999).

O conceito de Educação tem vindo a alterar-se devido a concepções filosóficas e sócio-culturais diferentes, conforme os valores característicos dos diversos tempos (Oliveira, 1991). Os sistemas educativos confrontam-se hoje, com uma complexidade de problemas com origem no processo de evolução das políticas e na transformação ou manutenção do comportamento das administrações que o suportam, no carácter mutável que caracteriza as sociedades contemporâneas nos aspectos sociais, financeiros, económicos, políticos e culturais e na dificuldade de conceber soluções em contexto de incerteza permanente. (Ramos, 2001). Como tal, para compreender e analisar o quadro filosófico e ideológico no qual se estabelece a autonomia das escolas e emerge o projecto educativo de escola, achou-se conveniente traçar uma pequena contextualização histórica da evolução do sistema educativo português, traçando o percurso dos mecanismos de centralização, desconcentração e descentralização.

Podemos definir quatro grandes momentos da nossa História como decisivos: a Implementação da República, a Instauração do Estado Novo, a Revolução do 25 de Abril e a publicação da Leis de Bases do Sistema Educativo, em 1986.

Após a onda de pessimismo monárquico que invadira o País nos anos finais do século XIX, com a implementação da República, Portugal foi varrido por uma esperança “na afirmação da independência e o do prestígio da Pátria, na extensão das liberdades, no desenvolvimento económico, na generalização da educação, na justiça social e na emancipação cívica e cultural” (História Universal). Responsável pela pasta do Interior, que englobava a Instrução Pública, António José de Almeida deu um impulso no Sistema de Ensino, tornando o ensino primário universal, obrigatório e gratuito, ainda que escasseassem os meios para dar a esta medida um alcance efectivo. Este passo levou a uma redução da taxa de analfabetismo em sete pontos, na que seria a mais elevada taxa de analfabetismo da Europa (Teodoro, 1982). Segundo Oliveira Marques (citado por Crisanto et Al., 1995) “uma plêiade notável de pedagogos, entre as quais são de salientar os nomes de João de Barros e Adolfo Coelho, esteve por detrás dos esforços e das medidas realizadas. Escassos foram, todavia, os efeitos práticos no que respeita à educação das massas de vido à constante pobreza do Estado”. Facto importante, o princípio geral da descentralização levou o Governo a confiar aos Municípios e a superintendência da instrução primária, regra mantida até 1918. Neste ano, houve novo retrocesso, voltando a estabelecer-se a centralização da administração e gestão do ensino pelo Governo...

Com a queda da Primeira República e a Implantação da Ditadura Militar, o sistema educativo teve, talvez, o seu maior retrocesso, tendo sido utilizado de forma promíscua em função dos interesses do Estado: por força da legislação sobre o ensino começada a publicar em 1930, aos jovens começa a ser inculcada a apreensão de uma concepção de história fundamentada no papel dos “homens providenciais” que tudo podem resolver, no culto do Chefe, na disciplina, na trilogia Deus, Pátria, Família. De forma a assegurar que as suas indicações eram correctamente seguidas e surtiam o efeito desejado, o Ministério administrou um compêndio único às Escolas, de lições moralistas, sobre o qual se elaborava o exame nacional. Para além disso aplicava-se uma política de obscurantismo, de manutenção do analfabetismo generalizado, tendo a sociedade no geral escassas qualificações profissionais, sendo profundamente rural. (Oliveira, 1990). Decidido a travar a “grande, urgente e decisiva batalha da educação” (STOER, 1986) do

Governo Marcelista, em 1971, o Ministro da Educação Veiga Simão introduz a tentativa, se bem com intuitos demagógicos, da democratização do Ensino.

Com o 25 de Abril houve, de um momento para o outro, uma deslocação do poder do Ministério da Educação para as escolas, dos directores das escolas e do corpo docente tradicional para os professores progressistas e para o corpo estudantil (STOER, 1986). Começou a ser pedida a opinião dos professores para a reforma dos programas, incidindo o pedido nos conteúdos e esquecendo os antigos objectivos de obediência, passividade, certeza e respeito pelos valores da Pátria.

Este passo tornou possível a gestão democrática das Escolas, a democratização dos conteúdos de ensino, o acesso de maior de crianças provenientes das camadas populares à Educação, a democratização da prática desportiva, medidas visando a valorização da profissão docente e algumas reformas estruturais como a unificação do Ensino Secundário Geral, superando-se a clássica distinção entre ensino liceal e ensino técnico-profissional, e a reforma das escolas do Magistério Primário.

A adesão de Portugal às Comunidades Europeias consagrou e viabilizou, assim, o projecto de democratização e desenvolvimento da Sociedade Portuguesa saído do 25 de Abril. Democratização e desenvolvimento que teriam de ser encarados numa perspectiva global e integrada em que o económico, social e cultural constituíssem partes de um todo harmónico e coerente. Nesta perspectiva, a Educação não poderia ter um papel preponderante e determinante, convicção partilhada pela própria “Comissão das Comunidades Europeias ao adoptar o Programa Operacional Integrado de Desenvolvimento Educativo para Portugal” (PRODEP). Os objectivos específicos visados pelo PRODEP corresponderam a três grandes vectores estratégicos: generalizar o acesso à educação, modernizar as infra-estruturas e melhorar a qualidade de acção educativa.

Com a inevitabilidade inerente a uma ruptura social com a dimensão e profundidade da operada em 25 de Abril de 1974, o sector da Educação sofreu, nos anos que se seguiram, diversos avanços e recuos em que os factores políticos tiveram, naturalmente, forte preponderância. Não obstante as dificuldades de, neste contexto, se proceder à formulação e aplicação de alterações globais e integradas de política educativa, deverá hoje reconhecer-se que se viveu perto de uma década de grande riqueza inovadora, durante a qual terão sido lançadas as sementes da futura Reforma do Sistema Educativo. Designadamente impulsionada pelas inovações – ainda que parcelares ou, mesmo descoordenadas - que, assim, tiveram lugar no período pós 25 de Abril, tornou-se evidente a necessidade de lançar as bases de um processo estratégico de desenvolvimento e modernização do sistema educativo português, suporte da construção de um novo Portugal nos quadros europeu e mundial. Assim se criou a Comissão da Reforma do Sistema Educativo, (CRSE), pela resolução do Conselho de Ministros n.º 8/86.

Independentemente do desenvolvimento dos trabalhos da CRSE e no quadro das preocupações em que os mesmos se inseriam, foi lançada a preparação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (ou Lei Quadro do Sistema Educativo) surge em 1986, após uma mudança de regime, com o intuito de evitar que se tomem medidas a vulto, estabelecendo um quadro com princípios organizativos. Este é um documento em que se estabeleceram os princípios organizadores da educação (filosofia política, organizativa do sistema educativo) que devem reger os planos de desenvolvimento da educação, vindo a servir de base de interpretação para os sucessivos Governos.

Sendo da competência da Assembleia da República legislar sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo, foram elaborados cinco Projectos-Lei que tiveram a participação, para além dos grupos parlamentares da comunidade em geral. Estes projectos foram largamente difundidos, e o seu debate e votação na generalidade ocorreu a 14 de Maio. Depois de todos os projectos serem aprovados na generalidade, baixaram novamente à subcomissão para elaboração de um texto síntese, que foi aprovado a 24 de Julho.

No novo quadro, o papel e missão da administração central e o estatuto dos administrados também evoluíram pela valorização das funções de concepção e coordenação da administração central e pela definição do princípio geral de que as estruturas administrativas devem assegurar uma interligação com a comunidade, mediante adequados graus de participação de professores, pais, alunos, famílias, autarquias e interesses económicos e sociais entre outros.

Neste sentido, a condição de agentes que sempre definira a relação: administração/administrados, altera-se pelo reconhecimento do papel de sujeitos e pelo direito de participação dos principais intervenientes na Educação (Ramos, 2001).

- Descentralização ou Não - centralização?

A Educação é vista como um sector de intervenção política que não pode ser tratada isoladamente, devendo, por isso, relacionar-se com outros departamentos governamentais (Ramos, 2001).

Um das características mais importantes das organizações contemporâneas são a sua crescente complexidade (Owens in Costa, 1996), que necessita de ser acompanhada de adequados níveis de organização.

A partir da democratização do ensino (o chamado desenvolvimento da escola de massas), iniciada nos anos setenta por Veiga Simão, verificou-se que a escola portuguesa tem vindo a ser sujeita a uma definição normativa até ao pormenor e de um controlo rigoroso das suas actividades pelos órgãos centrais do Ministério da Educação.

Para que a implementação de projectos educativos, como expressão da realidade e cultura de cada comunidade, se possa efectivamente cumprir, é necessário abandonar definitivamente a concepção de democracia centralizada. É a partir deste ponto que alguns autores divergem.

Segundo Costa (1996), é a existência de um sistema educativo descentralizado, “com a consequente repartição de competências entre os vários centros de decisão e níveis de administração” que permite à escola dispor de uma margem de autonomia suficiente para a definição e implementação do projecto educativo. Esta descentralização é vista na vertente funcional e territorial e na autonomização institucional da função administrativa.

No entanto, Cabral (1999) vai mais longe defendendo que não é a descentralização o pressuposto para a aquisição de uma autonomia, mas sim a não-centralização. Segundo Cabral (1999) “fomos quase sempre uma nação organizada a partir do centro e por ele governada. Na sequência da Revolução de Abril ensaiaram-se as primeiras experiências autonómicas nos arquipélagos atlânticos”. No entanto, o “macrocefalismo” governativo tem tentado descentralizar-se. No entanto, segundo este, descentralização significa uma transferência de alguns poderes ou responsabilidades do centro para algumas partes, não havendo um “empowerment” dessas partes, mas sim uma melhor eficiência e coordenação dos serviços administrativos. É na concepção de um sistema não centralizado que se procura aumentar a eficiência dos serviços, permitindo um estreitamento na identificação de problemas para que a intervenção na resolução destes seja objectivamente melhorada. É nesta perspectiva que o poder se materializa em vários núcleos, não havendo delegação nem repartição do poder. O desafio não reside em partilhar responsabilidades mas sim em assumi-las.

Uma lógica de autonomia, em que as escolas definem e gerem a sua própria realidade, só é possível se enquadrada num processo de não-centralização. Esta interdependência, quase orgânica, pressupõe uma sociedade com múltiplos centros de poder, em que as partes tenham vida própria, e que no seu conjunto são muito mais que uma mera colagem das partes.

Contudo este modelo de gestão das escolas, não deixa de funcionar com uma noção hierárquica de poder, mas distingue-se do poder diferencial da administração central aplicado sobre as escolas que a reforma de 1971 sublinhara, visto que, nesse quadro, a normatividade e o sentido exclusivamente descendente das orientações e determinações da administração central limitava as hipóteses de vida da própria escola (Ramos, 1999).

- Autonomia de Escola

A Constituição da República Portuguesa, bem como a Lei de Bases do Sistema Educativo consagram o Direito à Educação garantindo o respeito pelas regras da democraticidade e participação, determinando uma nova concepção de escola.

A Reforma Educativa não será uma realidade se não houver uma mudança de comportamentos e atitudes de todos.

Segundo Cabral (1999) começamos a “compreender em Portugal que reforma educacional, ou qualquer outra não produz necessariamente mudança, quanto muito alterações pontuais”. Só um processo constante de reinvenção pode aproximar a escola da realidade, compreendida hoje como descontínua, incerta, caótica, complexa, emergente.

Tal como o processo o exige, assume particular relevância a Escola, especificamente na reorganização da administração educacional na transmissão dos poderes de decisão para os planos Regional e local. As mudanças verdadeiramente fundamentais, necessárias à promoção da qualidade da educação (isto é, à melhoria do sucesso escolar dos alunos) situam-se a este nível, na forma como cada escola está organizada e funciona no seu dia a dia, e no modo como se insere e se relaciona com o sistema educativo nacional e com a comunidade local a que pertence e à qual presta um serviço público para que foi criada e é mantida pelo Estado (Costa, 1996).

Um dos factores preponderantes na mudança que se pretende, é o efectivo exercício da Autonomia da escola, esta concretiza-se na elaboração de um Projecto Educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro dos princípios da responsabilização dos vários intervenientes na vida da Escola e da adequação a características e recursos da desta e às solicitações e apoios da Comunidade em que se insere (Dec-Lei 43/89 de 3 de Fevereiro).

Autonomia não significa auto-gestão, trata-se de uma gestão de inter-dependências.

Assim, antes de tudo, a Autonomia, deve desenvolver-se na uniformidade de um modelo organizativo em torno da concepção e desenvolvimento de um Projecto Educativo da Escola que co-responsabilize todos os intervenientes da Comunidade Educativa.

Projecto Educativo de Escola

- Enquadramento legal

Com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (lei nº46/86) instituiu-se em Portugal um conjunto de princípios que deram origem a um novo conceito de Educação orientado para a transferência de poderes de decisão para os planos regional e local. Esta nova concepção de Educação e de Escola permitiu uma mudança na organização do sistema educativo assenta na co-responsabilização da administração local, assim como num acréscimo de autonomia da organização escolar que tem como montante privilegiada de desenvolvimento a participação da comunidade educativa na elaboração do projecto educativo.

O decreto-lei nº43/89, denominado Regime Jurídico na Autonomia nas Escolas, é o primeiro documento legal que equaciona a realização no Projecto Educativo como um dos aspectos de concretização dessa autonomia. Nele se reconhece que as escolas precisam de dispor de um conjunto de meios (pedagógicos e administrativos) e recursos (humanos e financeiros) para resolver os problemas específicos no seu contexto particular.

Posteriormente, o conceito de Projecto Educativo aparece mencionado no articulado de três outros normativos legais (Despachos, nº141 e nº142/ME/90 e no Decreto Lei nº172/91. Contudo, surge com alguma ambiguidade, visto que pouco se adianta quanto aos procedimentos que traduzem essa autonomia, isto é, o *como* da elaboração do Projecto. (Costa, 1997).

- Definição de Projecto Educativo de Escola:

" Eu não posso dizer "o sistema é bom", ou o "sistema é mau". É muito heterogéneo. O que importa é perceber porque é que há coisas que funcionam bem. E a seguir definir políticas para manter o que funciona bem e para corrigir aquilo que está mal. Na minha opinião, para simplificar, há três factores que apontam para o bom funcionamento das escolas: a estabilidade do corpo docente; a existência de um projecto ao nível da escola e a existência de uma liderança."

(Ministro Marçal Grilo - entrevista ao Jornal Expresso de 20.1.96)

Segundo Costa (1991), o termo projecto (do latim *projectus*, lançamento para diante) é um conceito que, “assumindo uma importância significativa em várias áreas do saber (...) tem vindo a ocupar, progressivamente, um lugar de destaque no contexto educativo, quer no domínio da pedagogia do projecto, quer no âmbito da função administrativa da planificação”. Neste sentido, o termo projecto começou a ser utilizado em referência à acção educativa da organização escolar através da designação de Projecto Educativo de Escola.

A existência de um PROJECTO EDUCATIVO – "PE" – inerente a cada estabelecimento de ensino está regulamentada pelo Dec-Lei 43/89, de 3 de Fevereiro, constituindo "...factor preponderante para o reforço da autonomia da Escola e da adequação às suas características e recursos, bem como às solicitações e apoios da comunidade em que se insere".

O PEE é um como espelho que reflecte os valores, intenções, necessidades e as aspirações da comunidade educativa. É pois a carta de definição da política educativa da escola.

A elaboração do projecto educativo não é um trabalho dos gestores da escola, mas antes uma tarefa de responsabilidade da comunidade educativa, ou seja, através da participação dos vários intervenientes no processo educativo – professores, alunos, pais, pessoal não docente, comunidade local – quer de forma directa quer através dos respectivos representantes.

Não sendo um documento inalterável, o PEE não deve porém estar sujeito a constantes alterações. Como forma de definir a sua validade, pode-se dizer que a duração dependerá em grande parte da permanência das pessoas que o elaboraram e da validade das suas convicções.

- Objectivos

O PEE significa a passagem de uma lógica estatal para uma lógica comunitária, definindo, por opção política, o ensino como um serviço público de educação; uma construção da autonomia relativa como forma de auto governo; um desejo de mudança face ao futuro; definição de uma estratégia como um processo de planeamento e um modo de coordenar a acção procedendo a uma gestão por objectivos.

Quando uma escola apresenta um verdadeiro projecto educativo, então apresenta um alvo estratégico, uma ambição, uma visão futurista que assenta em princípios, valores e políticas que se aplicam na relação com os alunos. Um PEE surge na base dos consensos entre os diferentes elementos que constituem a escola, quando compatibilizados com as normas nacionais. Como forma de gestão dos conflitos e divergências decorrentes do processo, é imperiosa a existência de lideranças diversificadas como forma de orientar a acção mobilizadora dos vários membros da organização.

O "PE" tem que conter/deixar transparecer uma filosofia da qual ninguém deve duvidar: A razão de existir da escola começa e acaba no aluno, e deverá ser um instrumento de organização que aposta num esforço de adesão/integração de todos os Colaboradores da Escola, a qual pretende alcançar um grau mais elevado na qualidade do serviço que coloca ao dispor da Comunidade em que se insere.

Os objectivos gerais delineados no projecto educativo de escola e orientadores de toda a actividade educativa para uma escola harmoniosa deverão ser:

- Optimizar as condições de trabalho, quer para professores, quer para alunos;
- Colmatar lacunas a nível dos recursos materiais e pedagógicos;
- Valorizar todos os espaços possíveis como locais eventuais de aprendizagem;
- Colaborar com diversos parceiros educativos;
motivar todos os intervenientes no processo educativo;
- Promover a gestão participada.

- Dificuldades de aplicação do PEE

Na concretização do PEE, as principais dificuldades surgem tendo em conta as características organizacionais da escola, uma vez que são sistemas precariamente articulados e caos organizado.

Existem cinco riscos latentes na realização do PEE, uma vez que este pode ser apenas elaborado porque o Decreto-Lei assim o obriga (“O projecto por decreto”); ou este não tem uma visão de futuro, encontra-se desadequado do seu contexto, tendo pouca viabilidade de mobilização para o plano anual de actividades (“O projecto sem projecto”); ou porque o projecto consiste num somatório de contributos e ideias sem ligação, estando desajustado do contexto (“O projecto por mosaico”); o projecto pode ser apenas elaborado por um grupo isolado da escola, não

Havendo apropriação do projecto pelos restantes elementos da escola (“O projecto ghetto”); por fim, o projecto pode ser impossível de concretizar na escola, embora possa ser muito bem elaborado ao nível psico-educacional (“O projecto devaneio”).

- Fases de elaboração do PEE

Cada escola, sentindo a necessidade de elaborar um Projecto Educativo, estabelece a sua própria identidade, deixando de ser uma instituição amorfa para se apresentar com “ Personalidade” própria.

O Projecto Educativo deverá assim, traduzir de um modo claro, a identidade própria de cada Comunidade Educativa, traçando um percurso pedagógico a desenvolver ao longo dos anos, dando coerência e unidade à actividade educativa.

A Escola deve proceder à elaboração e execução de um Projecto Educativo, o qual não será, de modo algum, uma improvisação, mas sim uma profunda reflexão por parte de todos os participantes (alunos, professores, pessoal não docente, pais e encarregados de Educação, autarquias, etc.).

A realização deste Projecto pode, eventualmente apresentar-se como tarefa difícil, num primeiro ano, mas certamente sê-lo-á cada vez mais fácil, à medida que for progredindo.

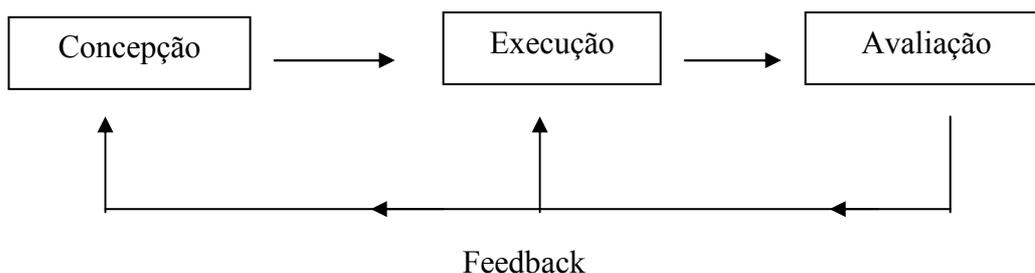
Para a elaboração do PEE, existe uma série de 3 fases que se desenvolvem, sendo elas a concepção, a execução e a avaliação.

A **concepção** não se limita a ser uma simples elaboração formal do PEE, mas engloba outras tarefas, como a criação da equipa responsável pelo projecto, a mobilização de todos os intervenientes no processo e ainda a divulgação do documento. Esta fase, quando regida por objectivos de rigor e participação é uma etapa demorada, uma vez que como implica a participação dos diversos intervenientes no processo, existem muitas ideias que por vezes podem não ser compatíveis. A chegada a um consenso, que satisfaça as aspirações comuns, assim como, a posterior elaboração do plano anual de actividades e do regulamento interno, são condições essenciais para que se passe á fase seguinte.

A **execução** consiste na realização prática do projecto, concretizado pelo plano anual da escola e pela planificação das actividades de Ensino-Aprendizagem. Inicialmente, a duração do projecto educativo de cada estabelecimento de ensino era de difícil determinação, já que dependia da sua vigência ou de qualquer outros motivos para a sua alteração, como por exemplo, uma

desadequação aos desejos da comunidade. Actualmente, segundo o Decreto-Lei 115A/98, o PEE deve ser elaborado para um período temporal de três anos.

A avaliação do projecto deve ser contínua, do e no processo, para além de global, tendo em vista a eventual reformulação e actualização deste. Tem de ter em conta que se trata de um projecto e como tal está sujeito a alterações sempre que necessário, não se trata de um percurso pré estabelecido. As formas e momentos de avaliação deverão pois ser definidos aquando da elaboração do PEE. Neste contexto, o relatório anual de actividades, desempenha uma importância vital, uma vez que permite adequar o projecto educativo à realidade. Existe deste modo um efeito retroactivo (feedback), no decorrer das fases de concepção e de execução.



Na elaboração do PEE, a Comunidade Educativa, deverá reflectir em comum, sobre diversas questões como sejam as notas de identidade (caracterização do ambiente socio-económico, infra-estruturas da comunidade local e da própria escola), formulação de objectivos (objectivos do projecto educativo), os recursos disponíveis (gestão, estruturas curriculares, turmas, organização e administração financeira, relacionamento intra-institucional, etc.) e modo de actuação (estabelecimento das estratégias fundamentais de desenvolvimento organizacional da escola).

Para a operacionalidade dos objectivos propostos no projecto educativo de escola torna-se necessário a existência, entre outros, de dois documentos fundamentais:

- **Plano Anual de Escola;**
- **Regulamento interno.**

- Decreto-lei 115A/98

Estamos perante a evolução do conceito inicial de Reforma Educativa, em que o entendimento da comunidade deixa de ter como referência apenas a escola e se assume como comunidade educativa mais abrangente, porque transpondo as suas fronteiras tradicionais se alarga a uma integração comunitária, numa postura de abertura que acolhe e reconhece a importância da participação social e o valor das suas perspectivas na construção do seu projecto educativo.

O modelo proposto, o Decreto-Lei nº. 115-A/98 aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos. A grande mudança regista-se quanto à natureza da participação, esta dimensão aprofunda-se. O termo participação aparece neste modelo de forma sistemática e concreta associado a termos e expressões como representantes, estruturas de participação, órgãos de participação, direito de participação dos pais e dos alunos (Ramos), o que reflecte, por um lado, que o processo de democraticidade assume a normalidade da dimensão representativa, e também, o reforço da dimensão participativa no pleno dos direitos, integrando uma visão mais ampla de comunidade – a sociedade civil.

Segundo o Artigo 3º a **autonomia** é o poder reconhecido à escola pela administração educativa de tomar decisões nos domínios estratégico, administrativo, financeiro e organizacional, no quadro do seu projecto educativo e em função das competências e dos meios que lhe estão consignados. São considerados instrumentos do processo da autonomia das escolas o projecto educativo, o regulamento interno e o plano anual de actividades.

O **projecto educativo** é o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.

O **regulamento interno** é definido como o documento que define o regime de funcionamento da escola, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar.

Finalmente, o **plano anual de actividades** é entendido como o documento de planeamento, elaborado e aprovado pelos órgãos de administração e gestão da escola, que define, em função do projecto educativo, os objectivos, as formas de organização e de programação das actividades, e que procede à identificação dos recursos envolvidos

No Artigo 7º define os órgãos de Administração e Gestão das escolas, sendo eles a Assembleia, o Concelho Executivo ou Director, o Conselho Pedagógico e o Concelho Administrativo.

A **Assembleia**, segundo o artigo 8º, é o órgão responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da escola, com respeito pelos princípios consagrados na Constituição da República e na Lei de Bases do sistema Educativo. Este é um órgão de participação e representação da comunidade educativa, devendo estar salvaguardada na sua composição a participação de representantes dos docentes, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do pessoal não docente, da autarquia local e pode ainda integrar representantes das actividades de carácter cultural, artístico, científico, ambiental e económico da respectiva área, com relevo para o projecto educativo da escola.

Entre outras, compete à Assembleia a aprovação do PEE e acompanhar e avaliar a sua execução; a aprovação do regulamento interno; promover e incentivar o relacionamento com a comunidade educativa; aprovar as propostas de contratos de autonomia, ouvido o Conselho Pedagógico.

A direcção é assegurada por um **Conselho Executivo** (Artigo 15º) ou por um Director, que é o órgão de administração e gestão da escola nas áreas pedagógica, cultural, administrativa e

financeira. A opção por qualquer destas formas compete à própria escola, nos termos do respectivo regulamento interno. Compete à Direcção Executiva, ouvido o Conselho Pedagógico, elaborar e submeter à aprovação da Assembleia os seguintes documentos, entre outros, o PEE, o Regulamento Interno da Escola, propostas de celebração de contratos de autonomia. No plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, cabe a estes elaborar o projecto de orçamento, de acordo com as linhas orientadoras definidas pela Assembleia, elaborar o plano anual de actividades, estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas, instituições de formação, autarquias e colectividades.

O **Conselho Pedagógico**, de acordo com o Artigo 24, é o órgão de coordenação e orientação educativa da escola, nomeadamente nos domínios pedagógico-didáctico, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e continua do pessoal docente e não docente. Na sua composição deve estar salvaguardada a participação de representantes das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, das associações de pais e encarregados de educação, dos alunos do ensino secundário, do pessoal não docente e dos projectos de desenvolvimento educativo, no máximo de vinte membros. Compete a este apresentar propostas para a elaboração do projecto educativo e do plano anual de actividades e pronunciar-se sobre os respectivos projectos, propor o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e de formação, no âmbito da escola e em articulação com instituições ou estabelecimentos de ensino superior vocacionados para a investigação e formação e incentivar e apoiar iniciativas de índole formativa e cultural, entre outras.

O **Conselho Administrativo**, segundo o Artigo 28, é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira da escola. A este compete, entre outras, aprovar o projecto de orçamento anual da escola, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pela Assembleia.

Cultura de escola

As diversas fases ao longo das quais o PEE se desenvolve são em grande parte, condicionadas por aquilo a que se tem vindo a chamar de “cultura de escola”. Debruçemo-nos pois, sobre o significado do conceito cultura, sobre o qual foram sendo propostos ao longo dos tempos, inúmeras e nem sempre consensuais definições. De facto, este conceito pode ter um sem número de significados, tantos quantos os autores que se propuserem a tentar defini-lo. Etimologicamente, o termo cultura provém do latim *colere* que significa construir, conservar, tratar, formar.

Num sentido mais amplo, podemos definir cultura como “um todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, arte, moral, leis, costumes e outras capacidades, adquiridas pelo Homem como membro da sociedade” (TYLOR, citado por Diogo, 1995). No âmbito do nosso trabalho, e porque a escola possui uma organização interna mais ou menos aceite por todos os seus membros, podem-se encontrar paralelismos entre a “Cultura de escola” e a “Cultura organizacional”.

Todas as organizações pressupõe geralmente um conjunto de normas, princípios, valores e regras que em parte podem ser discretas, que são partilhados pelos seus membros e que orientam as aspirações, os comportamentos, os objectivos e o próprio sucesso, dos quais depende a inserção de novos membros e a capacidade de se reorganizarem. Da mesma forma, as escolas, ou melhor, cada escola em particular, possui uma complexa teia de ideologias, crenças, tradições e valores que interagindo, tornam impossível a compreensão de todos os fenómenos que lá ocorrem quando se adoptam visões redutoras e fragmentárias desta realidade. Como forma de perceber as relações entre os diversos agentes do processo educativo, surge então, a necessidade de tomar a escola como uma organização complexa cujos “produtos” visíveis resultam do jogo entre diversos factores.

Não se pense porém que mesmo a investigação mais profunda à complexa rede de interacções que se estabelece numa escola, pode desvendar e perceber de forma inequívoca, as suas motivações, orientações e resultados. Existem as regras ou condicionantes discretas que imperceptivelmente, fazem valer a sua influência, por vezes, de forma bem pronunciada.

Na nossa investigação, se é que assim lhe podemos chamar, tivemos de ter em conta a cultura da escola em questão, se bem que a abordagem a ser feita, será forçosamente “superficial”. Portanto, toda e qualquer inferência que possamos fazer a partir de factores culturais é em grande parte uma mera opinião, e vale por si só.

Liderança

Cabral (1999) defende que “o objectivo fundamental de qualquer sistema educativo é o de iniciar as crianças e os jovens no mundo da aprendizagem. E assim a educação, em vez de preparar para a vida, é a própria vida em construção. (...) É por isso que, cada vez mais, a gestão escolar tem de evoluir para a gestão da educação. (...)

Ele considera que a gestão é essencialmente uma forma de pedagogia.”

Binney e Williams (citado por Cabral, 1999) propõem que os “líderes com sucesso em mudança combinam *liderança* com *aprendizagem*: eles lideram de maneira a que a aprendizagem seja encorajada; eles aprendem de uma maneira que informa e guia aqueles que desejam liderar. É a isto que chamamos *inclinando-nos para o futuro*.”

Uma das características dos líderes bem sucedidos é a sua capacidade de conciliar o facto de dar ordens claras e o de criar espaços para que possam ser os outros a tomar iniciativas. É ter simultaneamente a capacidade de se fazer ouvir e de saber ouvir.

Todos os que são gestores sentem a necessidade de inovar, de percorrer novos caminhos de reinventar métodos de forma a conferir uma significação às suas organizações, neste caso às escolas.

No entanto o que tem que mudar em primeira análise somos nós próprios, não se pode mudar, uma organização, se antes não nos transformarmos.

Para que um gestor possa gerir o seu projecto, este tem que ter expectativas em relação ao mesmo, tem que ter objectivos a atingir, um sonho a realizar.

O gestor deve sempre ter em conta que está a lidar com pessoas e como tal não pode proceder da mesma forma como se estivesse a trabalhar com máquinas.

Uma das melhores formas para que estas se interessem e participem activamente no projecto é estas assumirem responsabilidades. Assim vêm-se fazer parte de algo que se está a construir e dão o melhor de si. Deste modo o ambiente que se cria é de fulcral importância, cabendo ao gestor propiciar um ambiente adequado, protegendo as minorias, dando oportunidade aos menos participativos, promovendo as inter relações e desbloqueado problemas. Em momentos de crise ou de confusão o líder/gestor deve assumir a liderança pessoalmente e tomar as medidas que considerar convenientes para a sua resolução.

Escola Fernão Mendes Pinto

A escola escolhida para o estudo de um caso prático foi a **Escola Fernão Mendes Pinto**, na Freguesia do Pragal, Concelho de Almada.

Para tal, deslocámo-nos à referida escola, com o intuito de tentar compreender qual o PEE, a sua aplicação e o contributo do grupo de ciências no seu decorrer. Aquando da nossa visita tivemos a oportunidade de entrevistar um membro do Concelho Executivo. Durante a visita tivemos a oportunidade de percorrer algumas áreas da escola, acompanhados por membros do Concelho Executivo.



Escola Fernão Mendes Pinto

Para a compreensão do contexto em que a Escola está inserida, base fundamental para a construção do PEE, foi necessário proceder a uma caracterização do meio interno e externo.

Caracterização do Meio

(Os dados apresentados datam do último Censo (2001), que são os dados oficiais mais recentes sobre o Concelho de Almada.)

- População

A localização geográfica do Concelho de Almada, na área metropolitana de Lisboa, proporcionou as condições necessárias para que este se constituísse como um área de expansão da cidade de Lisboa e do seu porto. Este facto foi potenciado pela construção da Ponte 25 de Abril, nos finais dos anos setenta, de que resultou um acentuado crescimento demográfico. No entanto ocorreu uma diminuição do ritmo de crescimento em consequência da transferência das áreas de maior expansão demográfica para os concelhos de segunda coroa da Área Metropolitana de Lisboa.

Apesar desta diminuição o Concelho de Almada continua a apresentar uma elevada densidade populacional (2 333,4 habitantes/Km²). Em 2001 Estimou-se que a população residente seria de 159550 indivíduos, dispersos pela área de 69 976 Km².

O Concelho de Almada é constituído por 11 freguesias: Almada, Cacilhas, Caparica, Charneca da Caparica, Costa da Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal, Sobreda e Trafaria.

Segundo os Censos de 2001, as freguesias do Laranjeiro, Cova da Piedade, Charneca da Caparica, Almada, Caparica, Feijó e a Costa da Caparica apresentavam um número de habitantes compreendido entre 20837 a 11389 (por ordem decrescente), enquanto que as freguesias da Sobreda, Cacilhas, Pragal, Costa da Caparica e Trafaria, apresentavam um número de residentes inferior a 10 000 (por ordem decrescente). (Anexo 1)

Verifica-se um surto de construção habitacional e um aumento da população residente, na freguesia do Pragal e nas freguesias vizinhas (especialmente na Caparica), em consequência da construção da estação ferroviária do Pragal. Com a construção do metro na margem Sul do Tejo, espera-se um aumento da população residente neste Concelho.

-Actividades sócio-económicas:

No concelho de Almada ao nível do número de estabelecimentos dominam os de Comércio por Grosso e Alojamento e Restauração.

Embora, a nível de implementação, a indústria transformadora não esteja tão bem representada como os sectores anteriores, esta representa um papel importante na região, em especial no que diz respeito ao número de empregos que assegura.

Se for tido em linha de conta o número de estabelecimentos existentes no Concelho, surge em primeiro lugar o comércio, seguido do alojamento e da restauração e por fim a construção civil e a indústria transformadora. No entanto, se considerarmos o número de trabalhadores surgem em primeiro lugar o comércio, seguido da indústria transformadora, alojamento e restauração e por fim a construção civil.

Ao nível dos subsectores, conjugando o número de estabelecimentos e o número de trabalhadores, têm maior importância os subsectores de comércio e retalho (de vestuário e

têxteis, de electrodomésticos e aparelhagens musicais), os restaurantes e estabelecimentos de bebidas (cafês e cervejarias), os gabinetes de contabilidade, auditoria e consultoria fiscais e a panificação.

Ao nível apenas dos empregos que representam, têm elevada importância os subsectores dos supermercados e hipermercados, o transporte regular de passageiros, e a produção de óleos e gorduras brutas.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, em 2001, a taxa de actividade era de 50,6%. O número de postos de trabalho assegurados por estes Serviços tem tendência a aumentar. O reforço considerável de emprego a nível do sector terciário é uma consequência do crescimento urbano.

A agricultura que, até à algumas décadas atrás desempenhava um papel preponderante na economia do Concelho, sofreu uma redução acentuada, quer ao nível da área cultivada como do número de empregos que assegura. Este facto deve-se fundamentalmente à expansão urbana. Existem no entanto zonas em que a agricultura continua a desempenhar um papel importante, quer pela sua proximidade com os mercados de Almada e Lisboa, quer pela qualidade dos seus produtos. Veja-se o caso da Costa da Caparica em que 40% da sua área é utilizada para produção hortícola.

De modo análogo ao que tem vindo a acontecer com a agricultura, também o sector das pescas tem sofrido reduções. Estas manifestam-se pela diminuição do número de embarcações e pelo nível das capturas.

O Concelho de Almada e em especial a Costa da Caparica apresentam grandes potencialidades a nível turístico que não têm sido exploradas da melhor forma.

Em tom de síntese pode-se dizer que o Concelho de Almada tem características predominantemente urbanas, que possui capacidades para a captação de investimentos, iniciativas e acções de desenvolvimento.

São indicados como factores favoráveis ao desenvolvimento sócio-económico da região, a elevada acessibilidade à área metropolitana de Lisboa-Norte e a existência da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa bem como de outros centros de investigação.

Como aspectos desfavoráveis são apontados a falta de competitividade do mercado fundiário industrial relativamente aos restantes mercados do Distrito e a ausência de novos incentivos ao investimento, que se centram em Palmela, Setúbal e Seixal.

- Caracterização da área geográfica de influência da escola

A escola localiza-se no Pragal, uma das mais recentes freguesias do Concelho.

Esta freguesia compreende uma área de 2.3 km², sendo limitada a norte pelo rio Tejo, e rodeada pelas freguesias de Almada, Cova da Piedade, Feijó, Sobreira e Caparica.

Pensa-se que o Pragal já existiria antes do século XVI, no entanto apenas existem registos escritos a partir deste século.

A origem e significado deste topónimo não é claro, mas pensa-se estar associado ao facto de esta ser, em tempos passados, uma área onde abundavam terrenos de cultivo. Até ao século XX a base da economia deste local era a agricultura.

O Pragal antigo (a Norte da escola) é constituído por casa rasteiras que não ultrapassam os quatro pisos. São edificações que na sua maioria têm mais de 50 anos encontrando-se

degradadas. Estas em geral não servem para habitação, mas as que são ocupadas, dão abrigo a uma população envelhecida que aí vive à muitos anos e como tem uma forte ligação ao local. Nesta zona é possível encontrar vestígios de edificações do século XVII, XVIII e XIX. A igreja desta freguesia é do século XVIII, tendo uma fachada do estilo Barroco, dedicada à Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens.

No núcleo históricos da região – quintas de S. Lourenço, Santo António, Santa Rita, S. Francisco Borja e S. Miguel - podem-se observar o Brasão de Armas no vão do portão da entrada e painéis de azulejos no poço da entrada e no logradouro .

O Pragal moderno, a Sul, Este e Oeste da escola, caracteriza-se por edificações entre os quatro e dezasseis pisos. Os prédios mais recentes são habitados por uma população da classe média/alta, que se caracteriza por deslocações pendulares. Estas habitações funcionam como dormitórios, não existindo contacto entre os habitantes e os seus vizinhos, nem com o meio envolvente.

Os bairros periféricos a Oeste da escola – Bairro Cor-de-rosa e Bairro do Matadouro – caracterizam-se por grandes assimetrias, que deram origem a graves problemas sociais. Podem-se encontrar pessoas carenciadas com grandes dificuldades económicas e também uma grande percentagem de regressados das ex-colónias e pessoas com um nível socio-económico mais elevado.

Um dos esforços da escola é reconhecer e respeitar a multiplicidade cultural.

Caracterização da Comunidade Educativa

- História e cultura

A escola em estudo tem como patrono Fernão Mendes Pinto que nasceu em Montemor-o-Velho (em 1510?) e morreu em Almada em 1583. Pertenceu a uma família modesta, mas a que talvez não faltasse certo grau de nobreza. Um seu tio levou-o para Lisboa onde o pôs ao serviço de uma senhora "*de geração assaz nobre e de parentes assaz ilustres*". Ano e meio depois de estar ao serviço, fugiu, talvez porque a sua vida aí corria perigo.

Português que tanto foi mercador como diplomata, tanto gozou da situação de homem livre como sentiu o peso do cativo, chegando mesmo a experimentar a Companhia de Jesus levado pelo convívio de S. Francisco Xavier; passou vinte e um anos excepcionalmente acidentados. Foi uma vida decorrida "nas partes da Índia, Etiópia, Arábia, China, Tartária, Macáçar, Sumatra e outras províncias daquele oriental arquipélago dos remotos confins da Ásia, a que os escritores chins, siameses, guéus e léquios nomeiam nas suas geografias por "Pestana do Mundo."

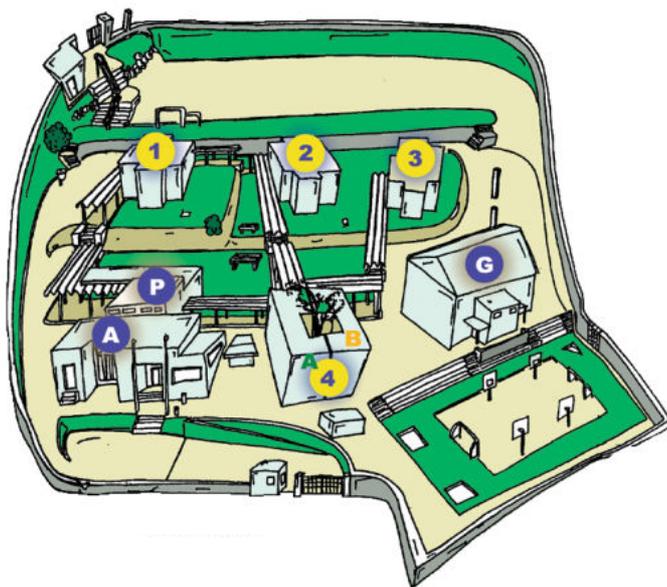
Durante quatro anos solicitou uma tença pelos sacrifícios prestados à Pátria, mas a 8 de Julho de 1583, em Vale de Rosal, Almada, a morte veio dispensar o tesouro da módica e tardia recompensa. Celebrizou-se com a sua inimitável *Peregrinação*. (In Dicionário 2003, Porto Editora)

As instalações nem sempre foram as actuais. Em 1965, começou a funcionar como prolongamento do Liceu Nacional D. João Castro (Lisboa), na Praça de S. João Batista.

Em 1972 passou a ter a designação de Liceu Nacional de Almada e no ano lectivo de 1975/76 estabeleceu-se nas instalações actuais.

Apenas em 1986 a escola se passou a chamar Escola Secundária Fernão Mendes Pinto (revelando a preocupação de articular a escola com o meio).

A escola é constituída por seis pavilhões, à semelhança de outras escolas secundárias edificadas na mesma época, e um pavilhão gimnodesportivo.



Planta da Escola F.M.P.

Legenda

1. Pavilhão 1
2. Pavilhão 2
3. Pavilhão 3
4. Pavilhão 4 A/B
- A. Pavilhão da secretaria e conselho executivo
- B. Sala polivalente
- G. Ginásio

Agregado ao pavilhão polivalente, encontra-se o pavilhão administrativo que reúne as instalações destinadas aos órgãos de Administração e Gestão Escolar, aos órgãos de apoio directo ao Concelho Executivo, ao SASE, ao Gabinete Médico e ao gabinete dos directores de turma

Distribuídas pelos outros pavilhões existem 41 salas de aula, os laboratórios de Ciências, Física, Química e de Matemática, salas de informática, salas de trabalho de Educação Visual e Tecnológica, de Francês, de Geografia, de Fotografia e da Serigrafia. Nesta escola pode-se ainda encontrar um Centro de Recursos Com computadores, recursos bibliográficos, televisão e vídeo e mesas de estudo, uma sala de estudo (inclui APAs e Grupo de Estudo), as instalações dos Serviços Especializados de Apoio Educativo e um Auditório.

O corpo docente é constituído por 175 professores, um valor que se tem mantido nos últimos anos. (Dados referentes ao ano de 2004/2005).

Fazem ainda parte da comunidade educativa 46 auxiliares de acção educativa e 20 funcionários administrativos.

Esta escola foi inicialmente projectada para 1800 alunos, mas já houve anos em que este número foi largamente excedido, como por exemplo em 1985 e 1987 em que foi considerada a segunda maior escola do país.

O número de alunos nos últimos anos tem-se mantido relativamente estável mantendo-se perto dos 2000, actualmente são 1232.

Inicialmente os alunos que frequentavam esta escola (corpo discente) provinha das zonas centrais de Almada, mas com a urbanização das quintas envolventes surgiram bairros sociais, passando os alunos a provir na sua maioria dos bairros mais próximos das freguesias do Pragal e da Caparica. Consequentemente as características sócio-económicas e culturais dos alunos sofreram alterações. No entanto, neste momento a população da escola é constituída por alunos que vivem em torno da escola, ou pelo menos em Almada. Nos últimos anos tem-se verificado um acentuado decréscimo no número de turmas do ensino básico, actualmente são 17, com um total de 349 alunos.

Considera-se que para a construção de uma identidade e para que haja um sentimento de pertença é necessário que se conheça e divulgue o património de construção comum, tal como a formação inicial e contínua de professores, o Centro de Estudos Fernão Mendes Pinto, os intercâmbios estabelecidos com outras instituições, a formação de clubes, as jornadas temáticas e as comemorações relativas a acontecimentos históricos significativos para a comunidade educativa. Este ano, vai começar a celebrar-se o dia do patrono da escola.

A escola ainda participa em projectos nacionais e internacionais, como a Minerva, I.V.A, Sócrates, Nónio e Vida.

A escola aderiu ao ensino recorrente quando este se estendeu a todo o país.

Publica mensalmente o seu próprio jornal, o “Info-Fernão”, tendo ganho no ano passado um concurso promovido pelo Jornal “O Público”.

Por ter sido inicialmente um liceu, e embora ainda apresente uma tradição virada para as letras, houve um esforço de tentar complementar este facto com a introdução, a partir de 1986, do Projecto Minerva (tendo sido uma das primeiras escolas a aderir a este projecto). Em 1993 foram introduzidos na escola os Cursos Tecnológicos de Informática e de Design (no secundário diurno) e do Curso de Secretariado e do Curso de Artes e Ofícios (ensino secundário nocturno).

O Projecto Educativo de Escola

O primeiro PEE teve início no ano de 1998, quando a Escola celebrava os seus 25 anos de existência.

O PEE, tal como o Regulamento Interno e o Plano Anual de Actividades foram elaborados pela comissão de inovação educativa (Comissão de trabalho do Conselho Pedagógico).

Na elaboração do primeiro PEE foram sentidas algumas dificuldades, uma vez que não existia literatura sobre projectos educativos e as pessoas apenas tinham uma ideia vaga do que era um projecto educativo, para além de alguma resistência para aceitar o projecto educativo, era considerado uma “perda de tempo” e existia a condicionante do tempo.

O actual projecto educativo é o terceiro que se desenvolve nesta escola.

Tendo consciência de que o primeiro tinha ficado demasiado vago, consistindo numa lista de intenções, na elaboração do actual projecto educativo procedeu-se a uma caracterização história da escola e das melhorias que tinham ocorrido desde o primeiro projecto. Depois foram identificados os problemas com que a escola se debatia na altura, e quais os que a própria escola poderia dar resposta num espaço de três anos. Apesar de já existir mais alguma literatura sobre o PEE esta é ainda pouco esclarecedora (percebe-se o que é um projecto educativo, mas não como ele se concretizava).

Outra dificuldade apontada é o facto de a escola não ter que apresentar o PEE a nenhuma entidade, deste modo não tem qualquer feedback, não sabendo se o projecto está bem elaborado ou não.

No entanto apesar das dificuldades que se apresentaram este é considerado como um instrumento de mais valia uma vez que permite perspectivar com alguma distância, uma série de ideias no que diz respeito à educação.

Os resultados do actual projecto ainda não estão disponíveis uma vez que este se encontra em fase de avaliação. Contudo a avaliação anual 2004/2005 já está disponível. Mas no que diz respeito ao projecto anterior considera-se que a escola se virou mais para a comunidade, tendo havido uma maior preocupação de trazer as necessidades da comunidade para dentro da escola.

De forma a articular o projecto com as práticas que se desenvolvem na escola todos os anos são propostos aos grupos de trabalho, quer sejam os grupos disciplinares, de departamento, ou os clubes, actividades que se insiram dentro do projecto educativo.

Na elaboração do actual projecto houve o contributo de parte da comunidade educativa. Para tal realizaram-se reuniões com a Câmara, com o Instituto Nacional de Estatística, o Conselho de Delegados de Turma, a Junta de Freguesia, e ainda foram contactadas empresas na proximidade da escola.

Para a elaboração do PEE foram consideradas as opiniões dos alunos e dos encarregados de educação que não estando presentes nas reuniões, respondiam por escrito ao que lhes era solicitado. Os restantes elementos referidos foram consultados essencialmente para proceder ao levantamento de dados.

Antes de o projecto ser votado em Assembleia, foi primeiro aprovado pelo Conselho Pedagógico, uma vez que é prática na escola que os documentos que vão à Assembleia passam e são aprovados no Conselho Pedagógico. Depois da sua aprovação procedeu-se apenas a uma divulgação interna, tendo sido comunicado ao Conselho Pedagógico que o PEE tinha sido aprovado.

Neste contexto, é importante destacar no projecto educativo os grandes pressupostos/referências que marcam as práticas educativas diariamente com o fim de criar um compromisso entre os diferentes interesses, necessidades e expectativas patentes na escola.

- Principais pressupostos/referências do projecto educativo triénio 2003/004 a 2005/06

- a) Em primeiro lugar, quando falamos de escola como uma organização, referimo-nos às pessoas, isto é, aceitamos que a escola é constituída por pessoas e para pessoas, não existindo, senão institucionalmente, para além delas.
- b) E ainda como organização que é, distingue-se de outro tipo de organizações, citando apenas uma razão, pelos seus fins não lucrativos.
- c) Sendo feita de e por pessoas com interesses, necessidades e expectativas muito diversas, a Escola convive com uma pluralidade de sentidos e de lógicas de funcionamento, por vezes contraditórias e mesmo conflituais, sendo necessário construir acordos e consensos locais que permitam prosseguir um caminho, muitas vezes não linear.
- d) A função educativa mobiliza hoje a aquisição de um conjunto de competências cognitivas e relacionais que contribuem para a formação integral de jovens cidadãos que constituirão a população activa num futuro próximo.
- e) Neste contexto, tendo a função educativa alargado o seu âmbito de acção, foram conferidas novas dimensões de intervenção ao professor, que de transmissor de um saber académico, passou a ser, cada vez mais, um gestor/organizador de situações educativas e a assumir uma função de liderança pedagógica e mesmo ética.
- f) Por detrás desta concepção da função docente está, entre outros, uma nova ideia de aluno do qual se espera uma nova postura – activa e cooperante – no processo de ensino aprendizagem.
- g) Também o papel dos pais/encarregados de educação tem vindo a ganhar relevância, esperando-se deles uma atitude activa/participativa no processo educativo dos jovens, que complementa a formação recebida na escola, especialmente ao nível das competências sociais/relacionais e éticas, que cada vez assume maior destaque na educação e na formação do indivíduo.
- h) Na escola, os funcionários não docentes devem concorrer para a harmonia da vida escolar e contribuir, dentro das suas funções, para o processo educativo dos jovens que anualmente frequentam esta organização.
- i) Não sendo uma ilha isolada na comunidade em que se insere e não podendo alhear-se do que acontece no mundo, a escola deve protagonizar processos de intervenção local e/ou nacional, que promovam o crescimento do sentido cívico, contrariando a cada vez maior passividade social.

- Problemas

No momento actual, são seis os grandes problemas diagnosticados e que aqui se enumeram:

- 1) Elevadas taxas de insucesso escolar, particularmente nas disciplinas de língua Portuguesa, Matemática, Línguas Estrangeiras e Físico-química.
- 2) Crescimento da taxa de abandono escolar, especialmente significativa na transição do 10º para o 11º ano e nos cursos nocturnos.
- 3) Fraca participação na vida escolar, dos diversos membros que compõem a mesma.
- 4) Esvaziamento de valores de solidariedade e companheirismo que levam a uma cada vez maior ausência do sentimento de pertença/cultura da escola juntos aos diferentes membros da comunidade.
- 5) Pouco impacte das actividades da escola no exterior.
- 6) Indicadores preocupantes ao nível da saúde dos jovens e adultos que convivem nesta escola.

- Potencialidades

Se os problemas indicados constituem fonte de apreensão e definiram as prioridades de intervenção, as potencialidades que de seguida se destacam são margens de oportunidade que foram consideradas na definição das estratégias de acção.

São elas:

- 1) A experiência e qualificação para a função da maioria dos funcionários, docentes e não docentes, desta escola.
- 2) A estabilidade dos quadros.
- 3) Os espaços e equipamentos existentes na escola.
- 4) As relações interpessoais favoráveis.
- 5) A dinâmica cultural local.
- 6) Diversidade da oferta curricular da escola.
- 7) Localização geográfica.

- Áreas de intervenção prioritária e objectivos gerais

- Dos seis problemas identificados decorrem as seis **áreas de intervenção prioritária** que são:
 - 1) Sucesso educativo.
 - 2) Abandono escolar.
 - 3) Participação na escola.
 - 4) Cultura de escola.
 - 5) Imagem de escola.
 - 6) Saúde.

- **Objectivos gerais:**

- 1) **Educativo** – Aumentar o sucesso escolar ao nível básico e secundário em 25% nas disciplinas nucleares e 15% nas restantes. Consideram-se nucleares, no ensino básico, a Língua Portuguesa, a Matemática e as Línguas Estrangeiras e, no ensino secundário a disciplinas de Formação geral juntamente com as disciplinas de Formação específica que impliquem exame no final do ciclo.
- 2) **Abandono escolar** – Diminuir em 25% as taxas de abandono escolar, especialmente junto dos alunos em situação de escolaridade obrigatória e na transição para o 11º ano, assim como nos cursos nocturnos.
- 3) Aumentar a participação dos diferentes membros da comunidade na organização da vida escolar.
- 4) Desenvolver o sentido de pertença à escola.
- 5) Desenvolver mecanismos de projecção da imagem de qualidade da escola.
- 6) Promover hábitos e estilos de vida saudável.
- 7) Melhorar a condição física.

- Dispositivos e momentos de avaliação

- Constituem dispositivos de avaliação do PEE os seguintes documentos:
 - a) Taxas de insucesso escolar
 - b) Taxas de abandono escolar
 - c) Relatórios de avaliação:
 - Direcção de turma
 - Departamento
 - Projectos de complemento curricular
 - Sala de estudo
 - Centro de recursos educativos
 - Alunos
 - Encarregados de educação
 - Funcionários não docentes
 - Núcleo de apoio educativo

- Momento de avaliação:

O PEE será avaliado de uma forma contínua e sistemática, tendo essa avaliação uma função essencialmente reguladora do processo. A coordenação da tarefa compete à Comissão de Inovação Educativa o Conselho Pedagógico, sob a supervisão do Conselho Executivo.

Tendo em conta as práticas já desenvolvidas, haverá áreas possíveis de avaliar no final de cada ano.

Assim:

Trimestralmente ► taxas de insucesso e abandono; relatórios de avaliação dos projectos.

Anualmente ► restantes relatórios.

Com base nos resultados obtidos em cada ano lectivo, e depois de ouvidos os diferentes membros da comunidade educativa, serão tomadas anualmente decisões referentes a possíveis ajustamentos ao nível das estratégias de acção.

Poderá igualmente surgir a necessidade de incluir outros dispositivos de avaliação não referidos neste projecto.

O PEE será avaliado de uma forma mais exaustiva no final do triénio, considerando para o efeito dispositivos de avaliação determinados pela equipa responsável pelo acompanhamento deste projecto.

- Estratégias e Actividades para a concretização do Projecto Educativo

- Calendarização/ Programação

Tendo em conta as potencialidades e constrangimentos inerentes à escola foram definidos alguns objectivos para a alcançar no decorrer do Projecto Educativo. Estes objectivos prendem-se essencialmente com o investimento na formação dos professores e de todos os sectores da acção educativa de forma a melhorar as condições de Ensino-Aprendizagem e a aumentar o sucesso escolar no ensino diurno e nocturno. Pretende-se um aumento do investimento na preparação dos alunos que pretendem prosseguir estudos superiores, promovendo o desenvolvimento de competências essenciais. Assegurar, em todos os níveis de ensino, que existe uma verdadeira articulação os cursos técnicos e tecnológicos e o mundo do trabalho e encarar a escola como um espaço em que se desenvolvem as competências sociais, promovendo a cidadania e a cultura. Promover o desenvolvimento e envolvimento de todos os intervenientes co-responsabilizando-os.

Para atingir estes objectivos, no PEE, são propostas estratégias que visam a atingir estes objectivos.

Existem objectivos que são transversais a todo o projecto, enquanto que existem outros que se encontram faseados e dependentes dos objectivos anteriormente atingidos.

O Plano Anual de Actividades, ou Plano Curricular de Escola não deve constituir uma mera listagem mas sim assumir-se como compromisso colectivo na consecução das metas que a Escola se propõe atingir.

- Os professores: Formação:

Numa época caracterizada por muitas mudanças na educação, suportadas por reformas educativas, a formação de professores assume especial importância. A necessidade de não compartimentar o saber, de o tornar interdisciplinar, é cada vez mais relevante e como tal, é necessário promover a renovação dos saberes dos professores no que diz respeito ao progresso científico, tecnológico e da evolução dos próprios métodos pedagógicos. No fundo, é fundamental o aperfeiçoamento da sua cultura geral.

Como forma de concretizar estas ideias, o desenvolvimento curricular, a direcção de turma e as novas tecnologias da comunicação e informação são as prioridades a ter em conta para que o professor passe a uma lógica de orientação, não só em termos de aprendizagem do aluno, mas também, da gestão da participação de outros agentes na vida escolar.

- Parcerias Educativas

Uma das preocupações da Escola Fernão Mendes Pinto é o estabelecimento de Parcerias Educativas com entidades locais, inseridas na área limítrofe do Concelho. A filosofia das parcerias educativas é feita com base na cooperação Escola-Comunidade, com o objectivo da formação integral do aluno, perspectivado como indivíduo e como cidadão europeu.

As propostas de parceria deverão partir da escola, com base em princípios pedagógicos, tendo em conta as necessidades dos alunos e o leque de escolha que o Concelho apresenta. Segundo o Projecto Educativo desta Escola, as parcerias são fundamentais para a “construção de uma cultura de Escola”.

Assume particular importância a continuação da parceria com os Centro de Emprego e as UNIVAS, no sentido de garantir aos alunos da escola a realização dos estágios profissionais previstos nos respectivos planos de estudo.

Neste momento, a escola prepara diligências com várias entidades, tais como o Teatro Municipal de Almada, com o Centro de Saúde de Almada/Pragal, com a Junta de Freguesia do Pragal, e com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

- Recursos

Um dos objectivos da Escola é tornar-se num pólo de actividade coordenada de forma a ter uma maior acção junto da comunidade escolar. Como tal, propõe-se a criar um programa de gestão de recursos existentes, programa este “preferencialmente da autoria dos alunos”. Esta estrutura permitirá à Escola tomar decisões e rentabilizar todos os recursos.

No projecto educativo é realçada a importância dos Serviços de Psicologia e Orientação, estando integrado um psicólogo e um técnico de serviço social.

Este documento reconhece a importância dos recursos humanos, estando a escola envolvida na aposta da sua formação, tanto com os professores quer com os auxiliares de acção educativa. Segundo o PEE “a eficiência da sua acção passa pelo sentimento de pertença e de valor dentro da comunidade escolar”. Deste modo a escola estabelece parcerias com Centros de Formação locais ou outros de reconhecida qualidade na área.

Em relação a recursos físicos e equipamentos a escola apresenta-se bem guarnecida. No entanto, torna-se urgente a reorganização de alguns espaços físicos para um melhor desempenho de algumas áreas de gestão.

O centro de recursos educativos inclui os seguintes serviços:

- Audiovisuais
- Biblioteca
- Informática
- Música – CEIPMMI

- Avaliação do Projecto Educativo 2004/2005

Na elaboração do PEE foi previsto que a avaliação tomaria lugar durante o processo e no final deste.

No entanto não foram definidos parâmetros para esta avaliação, ou seja, foi informal, no sentido de verificar que objectivos tinham sido atingidos, quais é que não tinham sido atingidos, e porquê.

No projecto educativo estava previsto que final de cada ano lectivo a comissão de avaliação poderia propor a reformulação, ou até definição de objectivos intermédios, de modo a adequar o PEE ao quotidiano escolar.

O presente documento pretende constituir uma base de trabalho que proporcione a reflexão madura, geradora da planificação e reorganização de um próximo projecto educativo.

Esta avaliação constitui uma proposta de aferição das tendências, resultantes das apreciações feitas através de questionários aos professores, o que já é revelador de uma avaliação incompleta, pois só contempla um dos sectores intervenientes no processo educativo.

Esta avaliação é igualmente imprecisa, pois só considera um terço dos anos de vigência deste projecto. A avaliação pode igualmente constituir um ponto de reflexão sobre a organização dos trabalhos do ano escolar, tendo em conta a elaboração de certos trabalhos de carácter teórico – prático que exigem uma reflexão em grupo de uma equipa especializada.

Parecer sobre a análise do questionário de avaliação do PEE

Num outro plano, também cedo a escola detectou que, pela forma como o questionário estava elaborado, só seria possível analisar os pontos mais significativos, ou seja, observar os dados referentes aos objectivos que recorrentemente foram julgados como concretizados. Contudo, a medição só pode ser efectuada nos termos de plenamente concretizados, perante o apuramento da tendência dominante.

Assim verifica-se que os únicos objectivos não concretizados foram os seguintes:

- Sucesso educativo
- Desenvolver o sentido de pertença à escola
- Promover hábitos e estilos de vida saudáveis
- Melhorar a condição física

Relativamente ao aumento do sucesso escolar ao nível do ensino básico e secundário em 25% nas disciplinas nucleares e 15% nas restantes disciplinas, foi cumprido nas disciplinas de inglês de continuação, francês de continuação e iniciação, no 10º ano francês de iniciação 11º e 12º, DGDA no 11º ano e história no 12º. Em relação ao ensino básico o objectivo não foi atingido à excepção dos casos das disciplinas de ciências naturais e educação física.

Detectou-se uma divisão de opiniões relativa ao objectivo de Aumentar a participação dos diferentes membros da comunidade na organização da vida escolar, o que leva a escola a questionar-se sobre o envolvimento dos docentes na vida escolar, nomeadamente nos órgãos de gestão intermédia.

O único objectivo plenamente concretizado foi o desenvolvimento dos mecanismos de projecção de uma imagem de qualidade da escola, referente à continuidade do jornal escolar, pelo que se recomenda a sua reactivação no próximo ano lectivo.

Projecto curricular da Escola

Opções Curriculares

- Princípios orientadores

Sendo a Escola actualmente o centro do processo educativo, exercerá a sua função educativa, tendo como grandes princípios orientadores:

- Ser a escola um espaço de elevação e realização nas vertentes cultural, social e ética de todos aqueles que nela se integram, acolhendo a sua heterogeneidade.
- Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas, não esquecendo o património da cultura universal.
- Promover a educação para a cidadania numa perspectiva de compreensão da sociedade e das suas instituições, fomentando uma atitude responsável e interveniente.
- Desenvolver interesses, aptidões, capacidades, criatividade, sentido crítico, moral e estético dos jovens.
- Fomentar não só o saber mas também o saber fazer, relacionar a teoria e a prática, a cultura cultural e a cultura do quotidiano, numa perspectiva de aquisição de atitudes autónomas mas simultaneamente de cooperação e solidariedade.
- Promover o uso das novas tecnologias, numa perspectiva de dinâmica educativa que quer corresponder a um mundo em constante modernização.
- Fomentar a formação e actualização dos professores e de outros intervenientes no processo educativo, de uma forma a responder de uma forma mais adequada quer às necessidades sentidas na implementação do processo educativo, quer as necessidades sentidas ao nível do uso de novas metodologias de ensino aprendizagem.

Estes princípios orientadores são seguidos quer no ensino nocturno, que no ensino diurno.

- Ensino Diurno

A escola sempre funcionou com uma vertente do Ensino Básico e outra do Secundário. Em determinada altura, devido às necessidades da Zona Pedagógica onde a escola se insere, verificou-se um predomínio do Ensino Básico. No entanto, nos últimos anos, tem-se caminhado no sentido do aumento da vertente do Secundário.

- Ensino Básico

No sentido de dar resposta às necessidades resultantes da realidade social e às expectativas dos alunos, a escola oferece um vasto leque de opções a nível do ensino básico:

- O currículo normal a nível do 7º, 8º, 9º anos.
- O programa 9º ano mais um.

- Gestão flexível do currículo.
- Programa 15-18.

- Ensino Secundário

A escola apresenta uma oferta diversificada de cursos quer a nível dos cursos orientados para o prosseguimento de estudos como a nível dos cursos tecnológicos. A escola oferece:

1. Prosseguimento dos estudos (CSPOPE)

- Agrupamento 1 – Científico Natural
- Agrupamento 2 – Artes Visuais
- Agrupamento 3 – Económico-social
- Agrupamento 4 – Humanidades

Nota: O agrupamento 3 – Económico-social encerrou as vagas no ano lectivo 2005/2006.

2. Cursos tecnológicos (CSPOVA) – Nível 3

- O Curso Tecnológico de Informática.
- O Curso Tecnológico de Design.

- Revisão Curricular do Ensino Secundário (10º ano)

- **Curso Científico-Humanísticos**
 - Curso de Ciências e Tecnologias
 - Curso de Ciências Sociais e Humanas
 - Curso de Línguas e Literaturas
 - Curso de Artes Visuais
- **Cursos Tecnológicos**
 - Curso Tecnológico de Desporto
 - Curso Tecnológico de Design

- Ensino Nocturno

- **Ensino Básico**

Também ao nível do ensino nocturno a escola apresenta uma oferta diversificada, permitindo aos alunos optarem por prosseguir nos estudos ou adquirir uma qualificação profissional de nível dois:

- Ensino recorrente por unidades capitalizáveis:
 - Área Técnica de Administração, Serviços e Comércio;
 - Área Técnica de Artes Visuais.

- **Ensino Secundário**

- Ensino Recorrente por unidades Capitalizáveis:
 - Curso Técnico de Artes e Ofícios
 - Curso Técnico de Secretariado

- Novo Ensino Recorrente (NER)

- **Cursos Científico-Humanísticos**

- Curso de Ciências e Tecnologia
- Curso de Ciências Sociais e Humanas

- **Cursos Tecnológicos**

- Curso Tecnológico de Administração

Projectos extra-curriculares e de complemento curricular

Os projectos extra-curriculares constituem uma oportunidade de os alunos aplicarem os conhecimentos adquiridos no âmbito das disciplinas curriculares, desenvolvendo simultaneamente capacidades como a autonomia, a criatividade, a socialização, o espírito crítico e a sensibilidade estética em relação ao mundo envolvente.

Neste sentido existem múltiplas propostas, que vão de encontro aos objectivos do PEE

- Clube das Artes
- Clube da Ciência
- Clube Europeu
- Clube das Línguas Estrangeiras
- Clube da Matemática
- Centro de Recursos Educativos
- Formação Científica PL
- Programa de Português terminologia linguística para os alunos do ensino básico e secundário.
- Geebio
- Jornal Escolar
- Jornal Moral da Ciência
- Oficinas das Letras
- Oficina do Movimento
- Projecto 25 de Abril
- Projecto associação
- Projecto Eu Tu Nós
- Projectos no Feminino
- Projecto Internacional Curricular
- Insucesso Escolar
- Produção de Materiais de Visitas de Estudo
- Programação Multimédia em Ciências
- Produção de Materiais de Inglês
- ONU – Dez Objectivos para o Milénio – objectivo 6: saúde
- Projecto Portugal
- Programa Sócrates/Comenius
- Programa de Voluntariado
- Rádio Escolar

No entanto, devido ao facto de a escola funcionar com três turnos, desde as oito da manhã até a um quarto para a meia-noite, muitas vezes os alunos não têm horários compatíveis com o horário de funcionamento destes núcleos.

As actividades que são desenvolvidas nos núcleos têm em vista o projecto educativo, embora de forma indirecta. Isto deve-se fundamentalmente ao facto de a construção do projecto educativo ter sido desenvolvido por toda a comunidade educativa, deste modo todas as vertentes estão inseridas no projecto.

- Áreas curriculares não disciplinares

Área de Projecto

- Objectivos e Organização:

A área de Projecto constitui uma área curricular não disciplinar, que tem como principais objectivos “a concepção, realização e avaliação de projectos, através da articulação de saberes de diversas áreas curriculares, em torno de problemas ou temas de pesquisa ou de intervenção, de acordo com as necessidades e os interesses dos alunos.”

Assumindo uma forma de expressão qualitativa, a avaliação desta área incide sobre o desenvolvimento das competências previstas no plano curricular de cada turma.

De acordo com a legislação, os temas são definidos pelas turmas ao longo do ano, constando no projecto curricular das mesmas.

Estudo Acompanhado

- Objectivos Gerais:

- Desenvolver a capacidade de adaptação, iniciativa e organização.
- Desenvolver aptidões e competências que possibilitem o acesso a auto-informação, auto correcção e autoformação.
- Sistematizar processos de questionamento/problematização, recolha e selecção de dados e formulação de conclusões.
- Desenvolver a autoconfiança, autonomia e auto-estima.

- Objectivos específicos:

- Identificar ambiente (s) adequado (s) ao estudo.
- Planificar horário de estudo.
- Treinar técnicas e métodos de estudo.
- Desenvolver as capacidades de memorização e concentração.
- Ampliar vocabulário.
- Desenvolver o raciocínio lógico e dedutivo.
- Desenvolver a capacidade de compreensão e interpretação de textos.
- Desenvolver a capacidade de expressão correcta e clara.
- Desenvolver a criatividade.
- Desenvolver a autoconfiança e autonomia.
- Rentabilizar a utilização de meios informáticos, para a elaboração de trabalhos, para lazer...
- Adquirir conhecimentos básicos de Informática na óptica do utilizador.

De acordo com o documento do D.E.B., *Gestão Flexível do Currículo*, “o Estudo Acompanhado visa ajudar os alunos a promover a aquisição de métodos de estudo e de trabalho, de modo a poderem realizar com maior autonomia as suas aprendizagens e a desenvolver as suas capacidades de aprender a aprender”.

O Estudo Acompanhado deve ser organizado e acompanhado pelo Conselho de Turma, que deve proceder ao diagnóstico das dificuldades do aluno e definir as estratégias adequadas para superá-las.

A avaliação das áreas curriculares não disciplinares expressa-se de “forma descritiva (...)”

- Formação cívica

«Formação cívica, espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, activos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e colectiva, na vida da turma, da escola e da comunidade.»

Decreto-Lei nº.6/2001

Neste âmbito, a aquisição de competências na Formação Cívica, muito para além de ser fruto da educação e de situações pedagógicas orientadas para esse fim, tem subjacente toda uma socialização e a singularidade da própria pessoa e dos grupos nos quais se integra. Todos estes factores se interligam e contribuem para que o indivíduo “se vá fazendo” como cidadão.

Poderemos, assim, esboçar os objectivos da Formação Cívica organizando-os por quatro domínios:

- Domínio cognitivo e do conceito de si próprio

- Capacidade de analisar e de interpretar a realidade, de reflectir e de representar as suas experiências, de atender a uma multiplicidade de perspectivas para além da pessoal sem perder a sua individualidade.

- Domínio da motivação e dos valores

- Capacidade de dirigir os comportamentos por si mesmo.

- Domínio do relacionamento interpessoal

- Capacidade de estabelecer relações construtivas, compressivas e tolerantes, baseadas no respeito mútuo e na dignidade de todas as pessoas, atendendo à especificidade que cada situação impõe às relações interpessoais.

- Domínio da participação social

- Capacidade de participar responsabilmente na vida social – incluindo a escola - na medida das suas possibilidades e das oportunidades ao dispor, através de acções orientadas para a satisfação de necessidades colectivas de diversa natureza.

- Serviços especializados de apoio educativo (SEAE)

- Núcleo de apoio educativo e educação especial (NAE/EE)

“ O apoio educativo deverá ser entendido como instrumento de realização do direito constitucional ao sucesso educativo.”

- Objectivos gerais

Ajudar os alunos a terem sucesso, promovendo o desenvolvimento e potencialidades de cada um.

- Organização

Os tipos e as modalidades de apoio educativo deverão ser adequadas às necessidades educativas diversificadas dos alunos, numa perspectiva de *educação apoiada* para todos, tal como preconizado no Projecto Educativo.

O primeiro acto de apoio começa com o diagnóstico preciso das necessidades educativas dos alunos em contexto de sala de aula.

O conselho de turma, através do Director de Turma, dá conhecimento dos casos detectados ao Núcleo de Apoio Educativo a fim de serem confirmadas e definidas as eventuais necessidades educativas específicas.

O apoio educativo deve assumir formas, modalidades e intensidades também diversificadas, devendo-se considerando-se dois tipos de apoio educativo – apoio educativo comum e apoio educativo especial.

- Avaliação

O núcleo de apoio educativo apresenta a proposta de PAE ao Conselho de Turma para a aprovação e, posteriormente, ao Encarregado de Educação. Em colaboração com o Órgão de Gestão, monitoriza a sua aplicação e avaliação periódica.

- Público-alvo

O apoio educativo especial destina-se a alunos com dificuldades de acesso à aprendizagem, considerados pelo actual modelo de apoio educativo “alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente” estas necessidades podem ser de natureza intelectual, sensorial, emocional, motora, processo lógica e de saúde.

- Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)

A constituição e as funções dos Serviços de Psicologia e Orientação são as constantes no Regulamento Interno da Escola.

- Objectivos

Os serviços de Psicologia e Orientação (SPO) visam desenvolver as capacidades, os conhecimentos e as atitudes que permitam aos alunos tomar e concretizar decisões ao longo da sua vida.

Regulamento Interno

O presente Regulamento Interno não é apenas uma revisão do anterior, nem quanto ao conteúdo nem quanto à extensão, na medida em que, sendo o R.I. considerado como um dos três pilares da autonomia escolar, obedece a muitas exigências de fundo postas pelo Decreto-lei nº115/A/98 e outros documentos legais.

Quanto à extensão do Regulamento Interno, contém, por um lado, o que é pedido pela tutela e o que se considera essencial e, por outro lado, procurou-se que pudesse ser manuseável e, de facto, usado por aqueles que, em geral, têm menos facilidade de acesso à legislação: os alunos e os encarregados de educação.

O Regulamento Interno é constituído pela definição de Comunidade Educativa, a que se segue a especificação dos seus Direitos e Deveres, e pelas normas que definem a organização e funcionamento da Escola. Na nossa opinião surge um desequilíbrio aparente no que toca à primeira parte do Regulamento Interno: os direitos e deveres dos alunos são mais pormenorizados e ocupam mais espaço do que os dos outros membros da Comunidade Educativa.

Dos direitos e deveres verdadeiramente específicos, regulamentados pela Escola, fazem parte as normas relativas às instalações do Centro de Recursos e às instalações Específicas de Apoio Curricular.

- Organização e funcionamento da Escola

Administração e Gestão Escolar – Órgãos sua composição e competências

A **assembleia** é o órgão responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da Escola. É constituída por:

- 20 Membros distribuídos do modo seguinte:
- 10 Professores
- 2 Funcionários não docentes
- 2 Pais/encarregados de educação
- 3 Alunos
- 1 Representante da autarquia
- 2 Representantes de serviços ou entidades locais a definirem e cooptar pela própria Assembleia, tendo em conta as linhas orientadoras do Projecto Educativo.

O **Conselho Executivo**, responsável pela gestão da Escola, é constituído por um presidente e dois vice-presidentes, sendo todos docentes e eleitos por uma assembleia. As competências do Conselho Executivo são as seguintes:

1 - Compete à direcção executiva, ouvido o Conselho Pedagógico, elaborar e submeter à aprovação da assembleia os seguintes documentos:

- a. Projecto educativo da escola;
- b. Regulamento interno da escola;
- c. Propostas de celebração de contratos de autonomia.

O **Conselho Pedagógico**, órgão de coordenação e orientação educativa da escola, é constituído por 20 membros distribuídos do modo seguinte:

- Presidente do Conselho Executivo
- Oito coordenadores dos departamentos de docentes
- Um representante da secção de formação de pessoal
- Um representante dos projectos educativos
- Um representante dos serviços especializados de apoio educativo
- Um coordenador dos directores de turma (ensino diurno)
- Um coordenador dos coordenadores pedagógicos (ensino nocturno)
- Um representante do pessoal não docente
- Três alunos
- Dois representantes dos encarregados de educação.

O **Conselho Administrativo** é constituído pelo presidente do Conselho Executivo, pelo chefe dos Serviços de Administração Escolar e por um dos vice-presidentes do Conselho Executivo.

Estruturas de Orientação Educativa

- Estruturas de Articulação Curricular no Âmbito da Docência

○ **Departamentos Curriculares**

Nos termos do nº 2 do art. 35º do D.L. 115A/ 98, “nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, a articulação curricular é assegurada por departamentos curriculares nos quais se encontram representados os agrupamentos de disciplinas e áreas disciplinares, de acordo com os cursos leccionados, o número de docentes por disciplina e as dinâmicas a desenvolver pela Escola.”

De acordo com estes critérios e ainda em função das afinidades nos conteúdos das respectivas disciplinas e das preferências formuladas, em resposta à consulta prévia, os **Departamentos** instituídos na Escola são os seguintes:

1. Departamento de Matemática
2. Departamento de Estudos Científicos Naturais
3. Departamento de Expressões Artísticas e Tecnologias
4. Departamento de Línguas e Literaturas Clássicas e Românticas
5. Departamento de Línguas e Literaturas Germânicas
6. Departamento de Estudos Sociais
7. Departamento de Estudos Históricos e Filosóficos
8. Departamento de Educação Física e Desporto

Em cada departamento, é eleito, em reunião plenária dos professores respectivos, um coordenador de departamento, de entre os professores do quadro de nomeação definitiva da Escola.

- **Grupos de disciplina**

Mantém-se a necessidade de existência dos grupos de docência por disciplina/área disciplinar, competindo-lhes tratar de questões mais específicas relativamente aos Departamentos Curriculares.

- Organização das Actividades da Turma

- **Conselhos de Turma**

O conselho de turma é constituído por todos os professores da turma, um delegado dos alunos e o representante dos pais e encarregados de educação dos alunos da turma.

- **Directores de Turma e coordenadores pedagógicos**

A designação dos directores de turma tem em conta critérios pedagógicos propostos pelo Conselho Pedagógico. Deve ser um professor que leccione a totalidade dos alunos da turma, ou aquele que leccione o maior número de alunos da turma.

- **Conselho de Directores de Turma/ Coordenadores e Pedagógicos/ Coordenadores de Curso**

É composto por todos os directores de turma, do qual é eleito um coordenador que presidirá às reuniões do conselho.

- **Professor Tutor**

- Serviços Especializados de Apoio Sócio-Educativo

- Serviços de Psicologia e Orientação Escolar
- Núcleo de Apoio Educativo
- Serviços de Acção Social Escolar
- Núcleo de Estatuto Apoiado e Tutoria
 - Apoio pedagógico Acrescido
 - Sala de Estudo Acompanhado
 - Grupos de Estudo
 - Grupos de Animação Pedagógica
 - Centro de Recursos Educativos
 - Clubes e Projectos de Complemento Curricular

Plano Anual de Actividades

Tal como o próprio nome indica, o Plano Anual de Actividades consiste na planificação de actividades a desenvolver na e fora da Escola, durante um ano lectivo. Em relação à duração destas, num período anual, a escola Fernão Mendes Pinto tem vindo a desenvolver algumas num determinado período limitado, enquanto que outras se estendem por todo o ano.

A Planificação encontra-se estruturada em diversos sectores, entre os quais: a nível do departamento, de intercâmbios culturais, programas de intervenção cultural e social, de visitas de estudo, de exposições, concursos e actividades desportivas e de acções de formação (área pedagógica, área didáctica da disciplina, área das competências científicas e área cultural e social).

O PAA vai de encontro ao PEE, mas não se restringe a este.

O Plano Anual de Actividades 2005/2006 concentra-se em seis áreas de intervenção consideradas urgentes na escola, de forma a conseguir aumentar o sucesso da escola, e reduzir ao máximo os diferentes problemas que a atingem. Existem assim vários objectivos e meios de concretização dos mesmos.

- Áreas de Intervenção

1. Sucesso Educativo
2. Abandono Escolar
3. Participação na Escola
4. Cultura de Escola
5. Imagem de Escola
6. Saúde Escolar

- Objectivos

- Sucesso Educativo – Aumentar o sucesso escolar
- Abandono Escolar – Diminuir o abandono escolar
- Participação na Escola – Aumentar a participação dos diferentes membros da comunidade escolar
- Cultura de Escola – Desenvolver o sentido de pertença à escola
- Imagem de Escola – Desenvolver mecanismos de projecção da imagem de qualidade da escola
- Saúde Escolar – Desenvolver hábitos e estilos de vida saudáveis

Reflexão Crítica

Através da análise do PEE da Escola Fernão Mendes Pinto, do Plano Anual de Actividades e do Regulamento Interno verificamos que todos eles se encontram elaborados segundo uma Filosofia da Escola Autónoma Construída de carácter Activo.

É de realçar que a escola tenta contrariar o distanciamento entre a comunidade envolvente, pais e alunos, e seus órgãos de gestão e administração.

Contudo, assiste-se a uma verdadeira evolução neste processo construtivo: na elaboração do primeiro PEE apenas participaram professores; no segundo, professores, alunos e pais. Mais ainda, a escola começa a fazer sentido para os alunos.

A grande diferença na elaboração do PEE deste ano, em relação aos projectos de anos anteriores, foca-se essencialmente na dimensão e na informalização dos conteúdos.

A importância da implementação do PEE não provocou grandes alterações relativamente à cultura da escola, visto que a ideologia que lhe está inerente, sempre esteve implícita na organização desta escola, apenas formalizou o projecto já existente. Esta formalização serviu para a escola conseguir arrumar assuntos, clarificar conceitos, e criar as grandes linhas mestras da sua organização. O termo PEE trouxe a ideia que a escola possui um sentido estratégico, passou de um nível intuitivo para um nível cognitivo. *“De resto não constitui, ou pelo menos aqui não constitui uma força anímica, isto é, antes de existir projecto, já a escola se mexia.”* (Anexo 2).

A possível ausência de *feedback* e a falta de ferramentas formais pode pôr em causa o projecto, pois a avaliação é apenas anual, existe o risco de chegar à triste conclusão de que, todo o trabalho desenvolvido, não tenha surtido os efeitos desejados.

Pensamos que o conhecimento do que é e para que serve o PEE apenas chega às pessoas directamente envolvidas na sua elaboração e às que tiveram uma participação mais activa. O conhecimento dos alunos acerca deste é verdadeiramente insatisfatório, contudo o ideal projecta-se a longo prazo e o seu sucesso é repercutido nas expectativas e resultados dos próprios. *“Contudo, creio que a noção de Projecto Educativo para eles é algo de muito familiar, os miúdos têm a noção de quanto melhor for a escola para eles, escola enquanto um todo, melhor se sentem e melhor eventualmente serão os resultados...”* (Anexo 2)

Na nossa opinião, o PEE trata-se apenas de uma formalização ideal para a escola, mas na realidade, não deve ser avaliado somente com base nos resultados finais, mas também na análise dos meios utilizados para atingir este fim. Na escola em estudo, neste ano lectivo não se disponibilizaram vagas para o agrupamento de economia, o que tende a acontecer para o agrupamento de humanidades, que neste momento só tem uma turma a funcionar no 10º ano. O agrupamento científico natural é o que atinge maior prestígio, estímulo e dimensão na escola, tendo em conta o maior número de projectos a ele associados, também o seu sucesso é maior. Concluimos assim que o meio de atingir o projecto educativo desta escola poderá estar a passar pela exclusão das áreas de maior insucesso, como que uma pré selecção de alunos. O acentuado decréscimo do número de turmas de humanidades, área de maior insucesso, é o exemplo disso. Existem meios que não justificam os fins, temos para nós que a exclusão de alunos não vai de encontro ao ideal ético do projecto educativo.

Relativamente ao modo de organização da carga horária, distribuição de turmas e gestão de disciplinas, pensamos que bem estruturadas, podem estimular os alunos de forma mais positiva. A excessiva carga horária e o desajustamento de disciplinas nucleares em horários menos rentáveis, pode contribuir para a saturação dos alunos e conseqüente desinteresse, insucesso e abandono. Do contacto com alunos da escola, pudemos verificar isto mesmo. *“(...)nós entramos todos os dias às 10 horas e saímos três dias as 19 horas, estamos quase o dia todo na escola,*

hoje é um desses dias, segunda-feira e sexta-feira também saímos sempre as 19 horas, e ao final da semana aquilo é horrível, na nossa última aula, nós não conseguimos nos concentrar, participar, os próprios professores compreendem a nossa situação e facilitam, mas podiam não facilitar.” (Anexo 3), e inclusive os próprios professores, criticam esse novo aspecto do projecto: “ (...) E têm ainda a área projecto, e formação cívica, e depois quando não têm uma aula, já não podem respirar - como nos respirávamos - aos pulos, têm que ir para uma actividade de substituição, estão aqui a maior parte do dia, e outros têm actividades fora, o Cambridge, ou a natação, e chegam a casa as oito da noite, no dia que saem as sete, e depois levam como umas doses de trabalhos de casa (...)” (Anexo2).

Uma das estratégias de acção do projecto educativo visa aumentar a participação dos diferentes membros da comunidade na organização da vida escolar, desenvolvendo mecanismos de divulgação de informação para que esta chegue a todos os membros da comunidade. Após a análise dos inquéritos realizados aos alunos, verificamos que existe um elevado desconhecimento relativo aos órgãos que constituem a escola, bem como a possibilidade de participarem de forma activa nos mesmos (Anexo 4).

O PEE é encarado como uma “moeda de troca” para adquirir uma suposta autonomia do Ministério da Educação, não compreendendo este, que a elaboração e a concretização do PEE, são já por si formas de autonomia.

Do ponto de vista da escola o termo autonomia foi introduzido de modo inibidor. O excesso de regulamentação verificado contradiz o conceito de autonomia idealizada. Trata-se de uma instrumentalização excessiva com único objectivo estatal de garantir uma eficácia de tipo empresarial. “*O decreto de lei, ao contrário do que eu esperava, e apesar de vir com a intenção de ser apenas uma matriz reguladora que deixava espaços abertos às escolas, para as escolas escolherem a composição dos seus órgãos, para nós foi demasiado castradora, isto é, foi um passo atrás, porque uma coisa é regular (...), agora a regulação não necessita desta perfusão de directrizes que têm vindo a sair desde o 115, (...) quanto mais se regulamenta, menos autonomia se dá às pessoas (...)*” (Anexo 2).

A autonomia da escola é activa, regida de forma construída, adaptando as suas principais necessidades, comunidades envolventes e objectivos gerais, às normas e leis legisladas.

Tendo em conta o contexto social em que se insere, esta escola assume-se como um verdadeiro centro educacional em que os alunos têm a oportunidade de contactar com diferentes realidades e recursos, que de outro modo não teriam acesso, os próprios assumem a importância da escola neste âmbito. Na generalidade concluímos que gostam da escola.

Após a análise geral do trabalho, encaramos o projecto educativo como algo que não subsiste por si só, parte do empenho, interesse e estímulo de todos os intervenientes da vida escolar, preferencialmente de forma activa.

Conclusão

Concluimos que, sendo o PEE, o PAA e RI de facto basilares de uma autonomia desejada pelo Dec-Lei 43/89 de 3 de Fevereiro e, embora os projectos educativos já existam fisicamente por força legislativa, é necessário que cada escola dê o “salto” qualitativo para lhes dar uma alma, um sentido, uma intenção própria. Este será o verdadeiro passo para a autonomia. Para a construção do PEE, é essencial que a comunidade educativa, através dos seus representantes legais passe a colaborar efectivamente, quer na elaboração, quer na concretização do projecto para que haja um sentimento de pertença por parte de todos

O Decreto-Lei 115A/98 define os órgãos de Administração e Gestão das escolas, conferindo ao Conselho Pedagógico, a responsabilidade de elaborar o PEE. Neste decreto é dada particular importância ao papel desempenhado pela comunidade escolar que se encontra representada na Assembleia de Escola. A aprovação do PEE é feita por esta.

A autonomia de uma escola, concretiza-se pela construção de uma identidade própria que deverá ter em conta as características do meio interno e externo.

Ao longo da elaboração do trabalho demos conta das grandes dificuldades que estão inerentes à elaboração do PEE, tanto na nossa pesquisa teórica como na sua aplicação prática na Escola Secundária Fernão Mendes Pinto.

Embora a escola em estudo apresente formalmente todos os requisitos legais da Autonomia, é da nossa opinião que ainda não se apropriou desta totalmente, estando no bom caminho.

Agradecimentos

Agradecemos a disponibilidade e simpatia da professora Ana Pina, vice-presidente da Escola Fernão Mendes Pinto, e à nossa colega e amiga Cláudia Fernandes que com todo o gosto participou na nossa visita à escola, assim como aos alunos que se dispuseram a responder aos nossos questionários e entrevista.

Bibliografia

- BARROSO, J. (1993) – **Escolas, Projectos, Redes e Territórios: educação de todos, para todos e com todos**, Cadernos PEPT, nº16, Editorial do Ministério da Educação, Lisboa
- CABRAL, R. (1999) – **O Novo Voo de Ícaro**, Discursos sobre a Educação, Escola superior de Educação João de Deus, Lisboa
- COSTA J. A. (1996) – **Gestão Escolar – Participação. Autonomia. Projecto Educativo da Escola**, Texto editora, Lisboa
- CRISANTO, N. et al (1995) – **História 9ºAno**, Porto Editora Porto
- DIOGO, J. M. L. (1995) – **Cultura de Escola e Interação com a Família**, Contributo para o estudo das dinâmicas de envolvimento das famílias com a vida escolar, Dissertação de Mestrado, SACS/FCT/UNL, Lisboa
- MACEDO, B. S. (1993) – **A Construção do Projecto Educativo de Escola**, Contributo para o estatuto dos processos de definição de lógica de funcionamento da escola, vol. II, Dissertação de Mestrado, Instituto de inovação Educacional, Ministério da Educação, Lisboa 1993
- OLIVEIRA, M. T. M. (1991) – **Didáctica da Biologia**, Universidade Aberta, Lisboa
- PIRES, E. L. (1995) - **Lei de Bases do Sistema Educativo, Apresentação e Comentários**, Edições Asa, Lisboa
- RAMOS, M. C. C. (1996) – **O Estatuto da Carreira Docente, decisão Negociada ou Discutida**, Edições Asa, Lisboa
- STOER, S. (1986) – **Educação e Mudança Social em Portugal, 1970-1980, Uma Década de Transição**, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento

TEODORO, A.(1982) – **O Sistema Educativo Português, Situação e Perspectivas**, Livros Horizonte, Lisboa

TEODORO, A. et al (1996) – **Pacto Educativo, Aspirações e Controvérsias**, Texto Editora, Lisboa

História Universal, vol. II, Selecções do Reader's Digest, 1994

Documentos Facultados pela Escola Secundária Fernão Mendes Pinto:

- Projecto Educativo
- Plano Anual de Actividades
- Regulamento Interno
- InfoFernão nº17, Janeiro de 2003

ANEXOS

ANEXO 1

LARANJEIRO			
designação	valor	unidade	periodo
área total	3,8	Km2	2001
densidade populacional	5544,8	hab/km2	2001
população residente	21175	ind	2001
população presente	20837	ind	2001

ALMADA			
designação	valor	unidade	periodo
área total	1,4	Km2	2001
densidade populacional	14235,7	hab/km2	2001
população residente	19513	ind	2001
população presente	18801	ind	2001

COSTA DA CAPARICA			
designação	valor	unidade	periodo
área total	10,5	Km2	2001
densidade populacional	1114,7	hab/km2	2001
população residente	11708	ind	2001
população presente	11389	ind	2001

CAPARICA			
designação	valor	unidade	periodo
área total	11	Km2	2001
densidade populacional	1756,9	hab/km2	2001
população residente	19327	ind	2001
população presente	18724	ind	2001

COVA DA PIEDADE			
designação	valor	unidade	periodo
área total	1,5	Km2	2001
densidade populacional	14166,1	hab/km2	2001
população residente	21154	ind	2001
população presente	20333	ind	2001

CHARNECA DA CAPARICA			
designação	valor	unidade	periodo
área total	23	Km2	2001
densidade populacional	886	hab/km2	2001
população residente	20418	ind	2001
população presente	20008	ind	2001

TRAFARIA			
designação	valor	unidade	periodo
área total	5,7	Km2	2001
densidade populacional	1039,8	hab/km2	2001
população residente	5946	ind	2001
população presente	5734	ind	2001

CACILHAS			
designação	valor	unidade	periodo
área total	1,1	Km2	2001
densidade populacional	6519,8	hab/km2	2001
população residente	6970	ind	2001
população presente	6627	ind	2001

PRAGAL			
designação	valor	unidade	periodo
área total	2,3	Km2	2001
densidade populacional	3399,2	hab/km2	2001
população residente	7721	ind	2001
população presente	7887	ind	2001

SOBREDA			
designação	valor	unidade	periodo
área total	5,9	Km2	2001
densidade populacional	1831,4	hab/km2	2001
população residente	10821	ind	2001
população presente	10373	ind	2001

FEIJÓ			
designação	valor	unidade	periodo
área total	4	Km2	2001
densidade populacional	4070,3	hab/km2	2001
população residente	16072	ind	2001
população presente	15314	ind	2001

Entrevista realizada a alunos do 11º ano de humanidades na Escola Fernão Mendes Pinto. Dia 5 de Dezembro de 2005-12-05

Com a colaboração de Cláudia Fernandes.

F.M.P. representa os alunos da escola.

Alunas – Olá! Como te chamas?

F.M.P. – Liliana.

Alunas – Que idade tens?

F.M.P. – Dezasseis.

Alunas – Estás em que ano?

F.M.P. – 11º.

Alunas – E andas nesta escola há?

F.M.P. – Desde o 7º ano.

Alunas – A tua lista candidata-se à Associação de Estudantes, quais são os vossos principais objectivos?

F.M.P. – É mais ou menos isto, está aqui a lista. É melhorar as condições sanitárias da escola, pôr cacifos que é o que as pessoas mais querem nesta escola, fazer uma rádio escola...

Alunas – Não há?

F.M.P. – Não, não há. Isso a televisão no bar, essas coisas todas que as pessoal gosta. E mais festas no final de cada período, que esta escola em festas não é nada. A associação do ano passado, estava na associação e não fazia nada. Não fez nem festas, nem nada para melhorar a escola, nós duas que não tínhamos nada a ver com a associação, fizemos uma festa no Carnaval e até correu bem.

Alunas – E a escola adere bem às vossas iniciativas?

F.M.P. – Sim.

Alunas – A escola orienta-vos nessa parte.

F.M.P. – Sim, nós chegamos lá com as propostas, eles vêm, se concordam, se não concordam.

Cláudia – E na generalidade concordam!

F.M.P. – Sim, das coisas que a gente mostra.

Alunas – De maneira é que vocês acham que conseguem, por exemplo, por cacifos na escola?

F.M.P. – O meu colega João está na assembleia da escola, e ele então apresentou uma proposta para os cacifos e agora o conselho está a analisar a proposta, está a ver se quer se não quer...

Alunas – Se é possível, ou não?

F.M.P. – Pois.

Alunas – O que é que tu achas desta escola?

F.M.P. – Eu acho que à uns anos atrás já foi melhor.

Alunas – Já foi melhor. Porque?

F.M.P. – Não, mas isso tem a ver mesmo com os alunos, com os alunos da escola.

Alunas – Com o ambiente!

F.M.P. – Sim o ambiente, sim.

Alunas – Estás em que agrupamento?

F.M.P. – Humanidades.

F.M.P. – Mas esta escola tem cada vez menos agrupamentos, já tiraram economia, agora querem tirar humanidades ou línguas e literatura, quer se especializar mais em ciências, tem três turmas de ciências e uma dos outros agrupamentos. No ano passado havia gente que queria vir para a nossa turma de humanidades e não pode, teve de ir para outra escola, ainda por cima no concelho de Almada só esta é que tem humanidades, não, só esta e mais uma. E é chato, os alunos moram aqui perto e têm de ir para outro lado.

Cláudia – E qual é a outra escola que tem humanidades?

F.M.P. – Acho que é Cacilhas. Mas Cacilhas tem humanidades do 11º, o resto já não sei.

F.M.P. – Não acho que não.

Alunas – E em relação àquilo que tu vês à tua volta, dos teus teus colegas, como é que participas nas aulas? Vais às aulas? Gostas de ir às aulas?

F.M.P. – Vou às aulas, há aulas mais interessantes do que outras, mas em relação aos professores gosto de todos, não tenho assim nenhum que goste menos, acho que são todos simpáticos.

Alunas – E tens material para trabalhar nas aulas? Tens todas as condições que achas necessárias?

F.M.P. – Sim.

Cláudia – E a biblioteca?

F.M.P. – A biblioteca, tem computadores, um bocadinho lentos, mas tem net, tem livros, tem jogos também, vídeo, tem essas coisas todas, os computadores são um bocadinho lento, mas...

Alunas – Sabes em que órgão podes participar de forma activa aqui na tua escola?

F.M.P. – Na associação, na assembleia, e é isso, que eu saiba é só a associação e a assembleia.

Alunas – E como é transmita essa parte de informação aos alunos? Os órgãos que existem? Os direitos que têm!?

F.M.P. – Não é muito.

Alunas – Se calhar é uma pesquisa que é deixada a vocês próprios.

F.M.P. – Pois não sei, mas muitas das pessoas não sabem que podem participar na assembleia. Eu se não fosse o meu colega estar na assembleia, não sabia que era possível.

Alunas – E os pais? Os teus pais, por exemplo, participam na escola, vêm às reuniões,

F.M.P. – A minha mãe vem as reuniões, este ano por acaso ainda não veio a nenhuma, mas costuma vir, a minha mãe, o meu pai não.

Alunas – E tens conhecimento por exemplo dessa situação com os outros pais? Normalmente as reuniões de pais estão cheias, estão vazias?

F.M.P. – Eu acho que é quando nós somos mais novos é que os pais se interessam mais, agora já estamos fora da escolaridade obrigatória, se calhar pronto, não é desinteressam-se, mas, estás a perceber!?

Alunas – Sim.

F.M.P. – Vêm menos as reuniões.

F.M.P. – Na nossa turma vêm para aí cinco, seis pais no máximo.

Alunas – Seis.

F.M.P. – Seis pais.

Cláudia – A vossa turma tem quantos alunos?

F.M.P. – Dezassete.

Alunas – Então as aulas a partida são mais rentáveis?

F.M.P. – Sim, mas depende porque nós temos outras disciplinas juntamente com outra turma, porque são muito poucos.

F.M.P. – Nós somos poucos, eles são poucos, juntaram-nos.

F.M.P. – As disciplinas gerais, incluindo, português, educação física e filosofia, a turma está com outra turma.

Alunas – Então quantos alunos têm nessas alturas?

F.M.P. – Vinte e tal.

F.M.P. – Quase trinta.

Alunas – ok. E quais são as disciplinas que sentem mais dificuldade? Matemática..? Ah! Não tens matemática!

F.M.P. – Tenho, agora é matemática aplicada às ciências sociais, agora a matéria que estamos a dar é um pouco mais difícil, mas nos outros anos, no ano passado, não achei assim tão difícil, agora esta matéria é que esta assim um bocado mais...

Alunas – O ambiente da escola. Gostas? Relação de alunos, funcionários, professores...

F.M.P. – Já foi melhor, mas com os funcionários sim, têm uma boa relação com os alunos, eu falo por mim e das minhas colegas temos uma boa relação com os funcionários.

Alunas – Para terminar, posto isto tudo, porque é que tu achas, não sei se tens conhecimento, ou não, mas a taxa de abandono e insucesso é grande, e o que é que tu achas acerca disso? Qual é a tua opinião? Porque é que achas que as pessoas desistem, se desinteressam?

F.M.P. – Não sei, se calhar também é os professores, os horários também, por exemplo, nesta escola a última aula é às sete, é assim um bocado complicado, as pessoas às vezes querem praticar desportos e pela a escola não conseguem, por causa dos horários, também pode ser por causa dos professores. Por exemplo, eu andava na dança e tive de sair porque o meu horário não era compatível, mas pronto, saí da dança, não saí da escola. E pronto, deve ser por causa disso, se calhar os professores também não incentivam os alunos....

Alunas – Achas que há uma desmotivação das pessoas.

F.M.P. – Sim, sinceramente.

Alunas – E normalmente o que é que as pessoas procuram, quando abandonam a escola?

F.M.P. – Trabalho, acho que é isso que procuram, saiem da escola para irem trabalhar.

Alunas – E raramente voltam.

F.M.P. – Pois.

Cláudia – Na tua opinião, como é que os professores poderiam motivar mais os alunos?

F.M.P. – Não sei, se calhar o tipo de aulas podia ser diferente, porque há professores muito chatos, não sei, e se calhar dando aulas diferentes, mais práticas e essas coisas assim, acho que se calhar...

Cláudia – Tu tiveste aulas de 60 minutos?

F.M.P. – Sim.

Cláudia – E como sentiste a alteração dos 60 minutos para os 90 minutos?

F.M.P. – Não, não achei muita diferença, porque eu também tinha 60 minutos, mas também tinha o bloco, então não foi assim muita a diferença.

Alunas – Bem, está bom. Queres dizer mais alguma coisa que aches importante? Sobre a escola. Qual é que achas que era a escola ideal para ti?

F.M.P. – Para mim, não sei...

Alunas – É complicado.

F.M.P. – Para mim durante a semana não havia aulas, só ao fim de semana.

F.M.P. – Os horários deviam ser mais...

F.M.P. – É assim, nós entramos todos os dias às 10 horas e saímos três dias às 19 horas, estamos quase o dia todo na escola, hoje é um desses dias, segunda-feira e sexta-feira também saímos sempre às 19 horas, e ao final da semana aquilo é horrível, a nossa última aula, nós não conseguimos nos concentrar, participar, os próprios professores compreendem a nossa situação e facilitam, mas podiam não facilitar. Por exemplo nós conhecemos uma turma com matemática A das 17 às 19 horas à sexta-feira, ou seja, eles coitados...

Alunas – É incrível, não é?

F.M.P. – É.

Alunas – Neste momento estão a ter um furo, ou faltaram às aulas?

F.M.P. – Não. Estamos na hora de almoço.

Alunas – Ah! ok, está bom, obrigada.

F.M.P. – De nada, obrigada.

ANEXO 2

Entrevista realizada à Prof. Dr.^a Ana Pina, vice-presidente do conselho executivo da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto.

Dia 5 de Dezembro de 2005-12-05

Alunas: Relativamente aos planos de actividade, em que âmbito se insere este projecto, e quais os tópicos mediados pela escola?

Prof. Ana Pina: O plano de actividades decorre dos objectivos do projecto educativo, isto é, existem 6 ou 7 objectivos centrais para a escola para serem desenvolvidos no triénio. Em função de cada um destes objectivos definimos o conjunto de actividades que se pretendem organizar. Este ano os objectivos foram reformulados para se perceber a inter ligação dos mesmos, estes objectivos fazem parte do plano de actividades e são: o sucesso educativo, o abandono escolar, imagem...

A maior linha de acção deste ano, formulado pela escola com o acordo do conselho pedagógico, recaiu sobre o sucesso e a dimensão da saúde, estas são as duas grandes áreas de ênfase. A saúde encarada de um ponto de vista global, de envolvimento social e de prevenção de doenças... muito também da integração social.

A: Quanto ao Projecto Educativo da Escola, depois da implementação do primeiro projecto educativo, quais foram as grandes diferenças analisadas, trazidas a cabo por este projecto?

AP: De lá para cá, a primeira grande diferença tem a ver com a dimensão, o projecto educativo inicial, deveria ter umas 70 páginas...

A: ...mas eu referia-me a antes – e após – a instalação do projecto educativo na escola...

AP: eu acho que Projecto Educativo sempre houve, implícito ou explícito, desde que eu estou nesta escola nunca notei uma diferença... não é por estar num papel que se nota alguma diferença... o projecto tem de existir nas pessoas, depois o papel é uma formalização, que às vezes é necessária para arrumar os assuntos, porque nós temos umas ideias relativas associadas a outros conceitos, isto é, falamos com os mesmos conceitos mas a querer dizer coisas distintas e o facto é, que, passar para o papel por vezes ajuda a fazer entender a determinadas pessoas o que estamos a falar, por exemplo, quando falamos de sucesso; o que é que estamos a falar, quando falamos em saúde, porque só um discurso no registo oral, faz com que, por vezes, as pessoas pensem que se estão a entender e que estão a falar da mesma coisa, e na realidade não estão, portanto é a esse nível que o projecto escrito arruma ideias e clarifica conceitos. De resto não constitui, ou pelo menos aqui não constitui, uma força anímica, isto é, antes de existir projecto já a escola se mexia.

A: Então acha que o termo projecto educativo não trouxe nenhum benefício a esta escola?

AP: O termo projecto educativo trouxe a ideia que a escola possui um sentido estratégico, caminha para algum lado. Desse ponto de vista acho que sim, do ponto de vista formativo, de

pensar a escola enquanto organização e não só a sala de aula, de pensar a escola do ponto de vista estratégico, acerca daquilo que se constrói, acerca do que somos, do que queremos, sem dúvida nenhuma que sim, porque até então as pessoas tinham estes conceitos como um nível intuitivo e às vezes muito limitado a meia dúzia de inovadores, agora a força que se tem de discutir, um projecto educativo, leva a que todos os professores saibam o que é um projecto, percebem que há uma dimensão de escola que ultrapassa a sala de aula.

A: E este projecto reflecte-se nos alunos?

AP: Reflectido nos alunos, directamente, eu acho que sim, quanto melhor for o desempenho da escola, melhor será o desempenho na sala de aula.

A: E acha que os alunos notam isso mesmo?

AP: Eles não têm o percurso, isto é, eles conhecem a escola à 3 anos, no máximo à 7 anos, portanto não têm a dimensão do que era a escola à mais de 15 anos, não conhecem o percurso desde que saiu o projecto em 1989 até agora, portanto, seria preciso atravessar estes 15 anos para ter uma noção da sua evolução. Contudo, creio que a noção de Projecto Educativo para eles é algo de muito familiar, os miúdos têm a noção de quanto melhor for a escola para eles, escola enquanto um todo, melhor se sentem e melhor eventualmente serão os resultados...eles têm essa percepção...isso eles têm... se o projecto for corresponder àquilo que são as expectativas, naturalmente, terão melhor sucesso, às vezes os projectos não têm esse ajustamento.

A: O Projecto Educativo funciona no meio “escola”. Mas como é que ele se repercute para o exterior ou como é que se perspectiva?

AP: Em relação à cooperação com a comunidade local, esta é um pouco avulsa, é quase uma relação de contratos pontuais, “agora vocês emprestam-me isso, e nós damo-vos aquilo...” Não é que haja uma animosidade, nem há um encerramento da porta, mas a escola ainda funciona muito como escola, isto é os saberes daqui são saberes escolares, é uma formação escolar, não é uma formação comunicável e integrada como outras modalidades alternativas de aprendizagem, ainda há muito pouco a noção que se aprende nas associações, que se aprende nos clubes, nas mesas do café, etc. A escola ainda funciona muito sobre esta cultura académica, e às vezes não tem a percepção da importância que tem essa ligação. E a realidade é que o mundo lá fora também tem a percepção que a escola é aquele espaço que ensina os meninos e lhes dá notas para eles entrarem na faculdade... Agora, nós tentamos e temos alguns projectos, em colaboração, fundamentalmente, com os centros de saúde e com a autarquia. Estas são as instituições de contacto privilegiadas que estabelecemos este ano.

A: Em termos da autonomia, quais foram os benefícios que o decreto-lei 115 trouxe neste âmbito?

AP: O decreto de lei, ao contrário do que eu esperava, e apesar de vir com a intenção de ser apenas uma matriz reguladora que deixava espaços abertos às escolas, para as escolas escolherem a composição dos seus órgãos, para nós foi demasiado castradora, isto é, foi um passo atrás, porque uma coisa é regular, e isso é efectivamente necessário, o estado ao descentralizar, tem de regular, se não isto entraria num descontrolo total, deixaríamos de viver a autonomia e independência e viveríamos sim a anarquia, agora a regulação não necessita desta perfusão de directrizes que têm vindo a sair desde o 115. Primeiro diz-se: “você têm uma malha suficientemente aberta para se organizarem”, “a assembleia pode ter 20 membros, mas também pode ter 10”, mas isto não chega! Isto revela uma falta de autonomia financeira, quer dizer, o facto de nós termos de entregar o orçamento privativo (porque as escolas têm um orçamento geral e um orçamento privativo. Um orçamento geral, como vocês imaginam, é o que o estado determina em dar e corresponde a um pedido concreto de dinheiro, depois tem um orçamento privativo que é criado pelas receitas próprias) que requer receita próprias é um

exemplo disso mesmo. Se efectivamente se pretendesse a autonomia, este orçamento ficaria nas escolas e seria gerido, com livro de contas obviamente, pelas escolas, mas não, obrigam-nos a enviar esse dinheiro por implementos, e requisitá-los em duodécimos, isto é, só podemos requisitar X por mês. Para quê? Para poderem jogar com esse bom dinheiro que parte de todas as escolas, para, provavelmente, tapar carências pela insuficiência de dinheiro do orçamento de estado. Mas isto é castrador porquê? Imaginem que temos 3000 contos e queríamos montar a rádio da escola, como só podemos solicitar 100 contos por mês, nunca mais construímos a rádio, se tivéssemos o dinheiro nas nossas contas, e prestando-as, teríamos uma elasticidade para organizar actividades, etc., que não temos. Neste aspecto vai mal, e vai mal também porque, quanto mais se regulamenta, menos autonomia se dá às pessoas, e isto é o que está a acontecer, mesmo estas questões todas, das colocações dos professores na escola, como as actividades de substituição... Porque uma coisa é dizer às escolas: “organizem-se” e “respondam às necessidades dos miúdos não andarem soltos”, depois prestavam-se as devidas contas, porque se deve prestar contas daquilo que se fez... agora não, primeiro dizem: “as escolas, fazem favor, de se organizarem em conselhos executivos etc, e podem fazê-lo como entenderem”, mas a seguir vêm dizer: “atenção, mas os meninos têm de ter sempre actividades de substituição, não podem ter nenhuma hora vaga”, e depois dizem: “se não tiverem actividade, têm falta, e têm falta a disciplina a que faltaram...”. Portanto vêm tudo na base da regulamentação.

O que manifesta, para mim, a prova que esta autonomia em vez de ter o sentido que tinha no governo da Lei de Bases que era aumentar a participação, a democracia, etc, é uma autonomia instrumentalizada, com um único objectivo que é garantir uma eficácia de tipo empresarial na gestão dos dinheiros públicos, e isto não é nada bonito, isto para mim não está a andar para a frente, está a andar num sentido que alterou o significado do conceito de autonomia, portanto... não obrigado, o 115, não obrigado.

A: Relativamente a taxa de insucesso e abandono na escola e as medidas que a escola toma para as minimizar.

A.P: As taxas são elevadas relativamente a matemática, línguas estrangeiras, inglês, os de maior fracasso... o maior sucesso são as ciências e educação física. O que é que a escola faz, A escola, como a muitos anos atrás e não é novidade nenhuma, como obrigatoriedade da escola, é procurar medidas de mediação logo no início do primeiro período, aos alunos que manifestam atrasos em relação aos objectivos de aprendizagem/competências, e por ex., ou têm programas de apoio individualizado ou em pequenos grupo, a organizar com aquilo que é decidido, como as dificuldades, porque alguns têm dificuldades técnicas, cognitivas, e especiais, e outros têm mais problemas de estudo. Há o estudo acompanhado como já tinha dito, e já existia antes de o haver como disciplina e veio prejudicar a forma de obrigatoriedade. Na altura existia e primeiro não era para todos, e havia sempre uma certa dose de mecanismo? E depois acabavam por ir aqueles que precisavam e que iam voluntários, aquilo que eu defendia, agora, há alunos que não precisam nada de aprender o método de estudo porque “têm mais do que fazer” e estão metidos no mesmo lugar de outros que precisam e que têm dificuldades que não são as mesmas. E têm ainda a área projecto, e formação cívica, e depois quando não têm uma aula, já não podem respirar - como nos respirávamos - aos pulos, têm que ir para uma actividade de substituição, estão aqui a maior parte do dia, e outros têm actividades fora, o Cambridge, ou a natação, e chegam a casa as oito da noite, no dia que saem as sete, e depois levam como umas doses de trabalhos de casa, que agente sabe como é, não é, e portanto vivem, (vivem a moda dos ricos, não vivem...)

Raquel: porque assim acabam também por não dedicar o tempo que podiam estar fora da sala a fazer aquilo que tinham vontade de fazer fora dela.

Exactamente! Muitas vezes os casos de indisciplina resultam um bocado porque o espaço sala é o espaço onde eles têm a oportunidade de convívio e portanto, confundem a participação da aula

com aquilo que privilegiavam ser um estado de convívio com os colegas e transportam para ali todas as suas energias que não são gastas cá fora. Nos de qualquer maneira oferecemos um conjunto de projectos, decidimos quando fomos obrigados a fazer unidades de substituição, que em vez de serem os professores a irem para a sala vigiar os meninos tipo “amas-secas”, que tínhamos uma bateria de projecto a funcionar na escola, onde existia musica e não sei que mais, e eles escolhem as actividades para onde querem ir. Naturalmente temos uma margem e oferecemos o tipo de actividades que consideramos que poderiam ser atractivas para eles, que não possam fazer lá fora, porque as vezes os pais não têm dinheiro...

ANEXO 4

Análise dos questionários realizados aos alunos da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto

No questionário feito aos alunos da escola , fizeram-se as seguintes perguntas:

- 1- Quais os órgãos que compõem a organização da tua escola?
- 2- Em qual deles podes participar de forma activa?
- 3- Na tua opinião, qual a utilidade da escola?
- 4- Existe associação de estudantes na tua escola? Qual a sua função?
- 5- Na tua opinião, a escola está feita a pensar nos alunos?

Relativamente à questão 1, existia uma certa incerteza relativamente aos órgãos da escola, em 7 dos 18 alunos sujeitos ao questionário, não existia qualquer noção sobre este tema. A maioria dos que respondeu, referiu dois ou três dos órgãos como, o conselho executivo/directivo, assembleia de escola, associação de estudantes e conselho pedagógico.

No que se refere aos órgãos cujos alunos podem participar, só 10/18 dos alunos mostraram estar minimamente informados. Quatro referiram a associação de estudantes, seis o conselho pedagógico, e só um aluno, referiu também a assembleia de escola.

As respostas nesta pergunta foram variadas, desde, aprendizagem, contribuição desta na sua educação e formação, cultura, desenvolvimento das capacidades do aluno (como o pensamento), experiência de vida, construção amizades e socialização, diversão, contribuição para um futuro melhor.

Relativamente a associação todos sabiam da sua existência e apontavam como suas funções, a luta pelos interesses/direitos dos alunos, tentativa de melhorar da escola e promoção de actividades. Muitos, no entanto, frisaram a ineficácia desta organização.

A maioria dos alunos, acha que a escola se preocupa com os seus interesses mas que existem algumas falhas no equipamento como cacifos e material nas salas de aula, e há quem refira algumas falhas no ramo da alimentação e uma certa falta de liberdade.

FOTOGRAFIAS DA ESCOLA



Átrio de entrada



Espaço exterior



Espaço exterior



Espaço exterior



Espaço exterior



Sala de convívio



Bar



Laboratório